**Assessoria de Súmula, Jurisprudência e Consultas Técnicas
Belo Horizonte | 1 a 15 de fevereiro de 2016 | n. 137**

O Informativo de Jurisprudência do TCEMG consiste em resumos elaborados a partir de notas tomadas nas sessões de julgamento das Câmaras e do Tribunal Pleno, mas não se trata de repositório oficial de jurisprudência. Contém, ainda, seleção de ementas publicadas no Diário Oficial de Contas – DOC – e matérias selecionadas oriundas do STF, do STJ, do TCU e do TJMG.

SUMÁRIO

Tribunal Pleno

1) Receitas oriundas da contribuição previdenciária e da contribuição de iluminação pública na base de cálculo para o cômputo do repasse ao Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da CR.

Primeira Câmara

2) Irregularidades em pregão presencial para aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetores destinados aos veículos e às máquinas de frota municipal.

Clipping do DOC

Outros Órgãos

3) Sociedade de economia mista e regime de precatório (STF).

4) Jurisprudência selecionada (TCU).

Tribunal Pleno

Receitas oriundas da contribuição previdenciária e da contribuição de iluminação pública na base de cálculo para o cômputo do repasse ao Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da CR.

Consulta em que Secretário Municipal inquiriu se as contribuições previstas nos arts. 149, § 1º e 149-A da CR deveriam ser incluídas na base de cálculo para o cômputo do repasse ao Legislativo, delineado no art. 29-A da CR. Em que pese o entendimento adotado pela Corte de Contas na Consulta n. [838.450](#), no sentido da obrigatoriedade da referida inclusão, o Conselheiro Cláudio Couto Terrão, relator, exerceu juízo positivo de admissibilidade por considerar necessária a reforma da tese vigente, nos termos do inciso V do § 1º do art. 210-B do Regimento Interno do TCEMG. Baseou-se nas divergências atinentes à matéria verificadas entre os Conselheiros e no entendimento dissonante de outros Tribunais. Quanto ao mérito, o Conselheiro relator enfatizou que as contribuições previdenciárias dos servidores e a contribuição para o custeio de iluminação pública estão incluídas no conceito de tributo e constituem receita tributária. Lembrou que a destinação vinculada das receitas tributárias não impede, em regra, a repartição destes recursos. Alertou, no entanto, que a inclusão das contribuições previdenciárias na receita tributária a que alude o art. 29-A da CR vai de encontro à sistemática constitucional. Aduziu que a contribuição previdenciária, cuja

competência para a instituição é dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tem como sujeito passivo os respectivos servidores e visa ao custeio, em benefícios destes, do sistema de previdência e assistência social. Ressaltou que o produto da arrecadação é destinado aos fundos previdenciários, os quais não se identificam com o ente político instituidor da contribuição. Esclareceu que a Emenda Constitucional n. 41/2003 imputou também aos entes federados a condição de sujeito passivo das contribuições patronais aos respectivos regimes próprios de previdência. Defendeu, nesse sentido, a exclusão da contribuição previdenciária no conceito de receita tributária para os fins do art. 29-A da CR, tendo em vista a impossibilidade lógica de se inserir, no âmbito da receita própria do Executivo, recursos financeiros que pertencem, por determinação constitucional, a outro sujeito ativo: o fundo previdenciário. Considerou inviável aumentar a receita do Poder Legislativo de forma proporcional a uma despesa do Poder Executivo, referente à contribuição patronal. Argumentou, por outro lado, que as demais contribuições devem ser inclusas na receita tributária a que se refere o art. 29-A da CR, pois representam receita própria do Executivo, seja por meio da arrecadação direta ou do repasse tributário aos demais entes federativos. O Conselheiro relator concluiu que toda contribuição deve ser reconhecida como receita tributária, para os fins do art. 29-A da CR, inclusive aquela prevista no art. 149-A da CR, à exceção das contribuições previdenciárias mencionadas no §1º do art. 149 e no art. 40 da CR. Em voto-vista, o Conselheiro Mauri Torres divergiu, de forma parcial, do Conselheiro relator, na medida em que acrescentou uma exceção às receitas incluídas na base de cálculo do limite do duodécimo repassado ao Poder Legislativo, além das receitas advindas das contribuições previdenciárias. Entendeu que as receitas das contribuições para o custeio do serviço de iluminação pública também não devem ser computadas no montante das verbas a serem repassadas ao Legislativo, visto configurarem "receitas de contribuições", e não "receitas tributárias", sob o prisma do direito financeiro. Citou os fundamentos utilizados na Consulta n. 896.391, em trâmite no TCEMG, na qual o Conselheiro Gilberto Diniz definiu a natureza jurídica das contribuições como tributos de arrecadação vinculada e ponderou não ter sentido calcular o limite de repasse para o Poder Legislativo com base nas arrecadações de tributos vinculados, os quais têm destinações específicas. O repasse do duodécimo abrangeria, apenas, os tributos não vinculados. O Conselheiro José Alves Viana pediu vista e aderiu ao posicionamento dos Conselheiros Mauri Torres e Gilberto Diniz, com espeque nos seguintes princípios de interpretação constitucional: força normativa da Constituição, unidade da Constituição, efeito integrador e razoabilidade. Nesse viés, declarou que o termo "receita tributária", constante no art. 29-A da CR, deve ser compreendido como "receita tributária de destinação não vinculada". Aprovado o voto do Conselheiro Mauri Torres, com as considerações apresentadas pelo Conselheiro José Alves Viana. Vencido, em parte, o Conselheiro relator Cláudio Couto Terrão (Consulta n. 932.439, rel. Conselheiro Cláudio Couto Terrão, 3 de fevereiro de 2016).

Primeira Câmara

Irregularidades em pregão presencial para aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetores destinados aos veículos e às máquinas de frota municipal.

Denúncia em face de pregão presencial para registro de preços, cujo objeto consistiu na aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetores destinados aos veículos e às máquinas de frota municipal. A denunciante alegou que o Município adotou o critério de julgamento tipo menor preço global por lote e violou, assim, os princípios da economicidade e da isonomia, bem como o disposto no inciso IV do art. 15 e no § 1º do art. 23 da Lei n. 8.666/1993. Argumentou, ainda, que o critério de julgamento tipo menor preço por item favoreceria a competitividade e proporcionaria melhores preços para a aquisição. O Ministério Público de Contas aditou a

denúncia por considerar irregular a ausência de justificativa de proibição de empresas em consórcio, a ausência de orçamento estimado em planilhas e a restrição à apresentação de recursos. O Conselheiro relator, ao analisar o critério de julgamento adotado no pregão, citou o § 1º do art. 23 da Lei n. 8.666/1993, o qual exige, no ato do parcelamento do objeto da licitação, a comprovação da viabilidade técnica e econômica, o aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Mencionou, ainda, o Enunciado de Súmula n. 247 do TCU, que estabelece a obrigatoriedade na admissão da adjudicação por item nos editais de licitações cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo ou perda de economia de escala. Consignou que o preço contratado, no caso concreto em questão, foi abaixo dos verificados no mapa de cotação de preços, apesar de a licitação ter sido dividida em três lotes para aquisição de pneus, câmaras e protetores. Reputou irregular a agregação dos produtos, mas deixou de aplicar multa aos responsáveis, tendo em vista a vantajosidade econômica na aquisição. No tocante à proibição de participação de empresas reunidas em consórcio, o Conselheiro relator ponderou que o art. 33 da Lei n. 8.666/1993 admite tal participação e exige justificativa no caso de vedação. Lembrou que o gestor deve motivar e circunstanciar todos os atos, discricionários ou vinculados, assim como observar os princípios da economicidade e as conjunturas mercadológicas. Entendeu que as justificativas apresentadas, em sede de defesa, sanaram a irregularidade. Quanto à ausência de planilha de custos unitários e do valor estimado da contratação, adotou o posicionamento do TCU e do TCEMG, em casos concretos, no sentido da discricionariedade na divulgação do orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários, como anexo do edital, sendo necessária apenas a ampla cotação do preço unitário dos produtos licitados, na fase interna do certame licitatório. Por fim, no que tange à restrição imposta para apresentação de recursos, considerou irregular o edital por disponibilizar, na interposição de recursos, somente a forma presencial e, como decorrência, restringir o direito dos licitantes ao contraditório e à ampla defesa. Ante o exposto, julgou procedente o pedido inserto na denúncia para considerar irregular o pregão presencial, com espeque na restrição à apresentação de recursos, e aplicou multa ao pregoeiro. Aprovado o voto do Conselheiro relator (Denúncia n. 932.377, rel. Conselheiro Cláudio Couto Terrão, 2 de fevereiro de 2016).

Clipping do DOC

AUDITORIA OPERACIONAL – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS – PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – INSUFICIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO ALCANCE DOS OBJETIVOS ESCOLARES – DIFICULDADE DAS UNIDADES ESCOLARES NA MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE PARA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO-PPP – DIFICULDADES NO ALINHAMENTO DAS METAS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COM O PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS-PDEMG – AUSÊNCIA DE PROCESSO DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ANUAL DAS UNIDADES ESCOLARES – DEFICIÊNCIAS NA CAPACITAÇÃO DE DIRETORES E COORDENADORES PEDAGÓGICOS – DEFICIÊNCIAS NOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS POR UNIDADE ESCOLAR – DESPREPARO DAS UNIDADES ESCOLARES – DEFICIÊNCIAS NO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS IDENTIFICADAS PELAS INSPEÇÕES ESCOLARES – INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES ESCOLARES PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO EM MINAS GERAIS – DEFICIÊNCIAS – LABORATÓRIOS DE CIÊNCIAS, INFORMÁTICA E QUADRAS DE ESPORTES – INSTALAÇÕES SANITÁRIAS – DEFICIÊNCIA – ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA – SEGURANÇA PATRIMONIAL, PESSOAL E COMBATE A INCÊNDIO – ALVARÁS SANITÁRIO E DO CORPO DE BOMBEIRO – CARTA DE HABITE-SE – LIVROS DIDÁTICOS – UNIDADES ESCOLARES EM REGIME DE COABITAÇÃO.

- 1) As deficiências destacadas no relatório de auditoria podem vir a comprometer o planejamento, o monitoramento e a avaliação dos objetivos dos PPP ou, ainda, conceber projetos que não satisfaçam às necessidades da comunidade escolar e não estejam alinhados com o PDEMG. Assim, faz-se necessário que sejam intensificadas ações de capacitação para Professores, Diretores e Coordenadores Pedagógicos, a fim de assegurar o fortalecimento do sistema de orientação da SEE/MG no processo de elaboração e revisão do aludido Projeto.
 - 2) Para que seja instrumento de melhoria de qualidade da escola, o Projeto Político Pedagógico-PPP precisa ser construído coletivamente, com responsabilidade e compromisso, a partir de processo contínuo de mobilização da comunidade tanto na elaboração quanto na efetivação das ações objeto do referido Projeto. Assim, é fundamental a participação da comunidade escolar na elaboração e implantação do PPP, pois quanto mais representativa for a participação da comunidade na elaboração do referido projeto maior legitimidade ele terá e, conseqüentemente, mais favorecida será a corresponsabilidade nos processos de implantação, execução, acompanhamento e avaliação.
 - 3) Entre as modificações inseridas pela Emenda Constitucional n. 59, de 2009, com o nítido propósito de fortalecer o compromisso e a responsabilidade do Estado com a educação, destaca-se a periodicidade decenal do Plano Nacional de Educação-PNE (CF, art. 214). Enfatiza-se que o novo PNE, exigirá dos gestores públicos forte compromisso para cumprimento das metas e estratégias nele estabelecidas, a fim de contribuir para transformar a realidade da educação brasileira. Para que Estados e Municípios possam planejar e orientar suas ações ao longo do próximo decênio é imperativo que elaborem ou ajustem seus respectivos planos de educação em sintonia com as diretrizes, metas e estratégias contempladas no PNE em vigor.
 - 4) O processo de ensino e aprendizagem requer planejamento com qualidade e intencionalidade. A ausência de um instrumento de planejamento obstaculiza o monitoramento pela SEE/MG e o acompanhamento pela comunidade escolar da efetividade das ações e do atingimento das metas previstas no PPP e, por conseqüência, dificulta que a própria escola proceda, se for o caso, às mudanças estratégicas no decorrer do ano letivo.
 - 5) As ações de capacitação desenvolvidas pela SEE/MG devem ocorrer em caráter contínuo, além de serem direcionadas para a realidade das Unidades de Educação-UE. Devem ser consideradas nessas ações as reais necessidades dos servidores, de forma a minimizar as deficiências constatadas. Nos dias de hoje, a escola, além de ministrar o conhecimento necessário para o aprendizado, deve contribuir na formação do cidadão. Daí, a necessidade de profissionais melhor capacitados e preparados não apenas para trabalhar com as práticas pedagógicas, mas, também, para lidar com os problemas que estão presentes no cotidiano da sociedade.
 - 6) O Coordenador Pedagógico é peça fundamental no espaço escolar e, por conseqüência, na construção de uma educação de qualidade, na esteira do que prescreve a Constituição e do que anseia a sociedade. Assim, a SEE/MG deve reavaliar os critérios de distribuição de Coordenadores Pedagógicos, de modo a assegurar coerência entre o quantitativo desses profissionais e o somatório total de turmas autorizadas por escola, bem como a proporcionalidade de Coordenadores Pedagógicos por UE.
 - 7) É necessário que a escola, além do apoio de ordem social e psicológico, possa contar com a participação da família e a colaboração da sociedade, com vistas a desincumbir-se de sua missão de bem preparar seus alunos para o exercício da cidadania (CF, art. 205), e, em contrapartida, reduzir os índices de violência não apenas dentro, mas também fora do recinto escolar, em benefício de toda a sociedade. A Lei Estadual n. 16.683, de 2007, autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado e, no mínimo, conforme pontuado pela Equipe de Auditoria, as demandas emergentes resultantes da questão social justificam a inserção do profissional do Serviço Social no espaço escolar.
 - 8) A inspeção escolar deve assegurar a comunicação entre a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, Superintendências Regionais de Ensino e as Unidades Escolares e vice-versa,
-

zelando pelo cumprimento da legislação do ensino, além de realimentar as suas ações objetivando a melhoria da educação escolar. O pensamento que deve nortear esse trabalho, nas palavras de *Otaiza Romanelli*, em seu livro *História da Educação no Brasil*, é que “as normas existem não para impedir caminhos, mas para evitar desvios”.

9) As desigualdades do país se refletem também na condição das escolas, sendo que as unidades rurais e as de áreas mais pobres, principalmente do Norte e Nordeste, são as que apresentam as piores condições. Menos de 15% das escolas do país têm nível considerado adequado de infraestrutura e apenas 0,6% alcançaram o padrão avançado.

10) A promoção da educação requer a garantia de ambientes com condições para que a aprendizagem possa ocorrer. Assim, é de vital importância proporcionar ambiente físico adequado, denominado infraestrutura escolar, com a finalidade de estimular e viabilizar o aprendizado, além de favorecer as interações humanas.

11) Diante da precariedade das instalações sanitárias da rede escolar, conforme destacado no relatório de auditoria, observa-se que a falta de saneamento e higiene, além de serem as maiores causas de doenças no planeta, comprometem o desenvolvimento, o aprendizado e a permanência das crianças nas escolas, razão pela qual, em adendo à sugestão da Equipe de Auditoria, recomenda-se que a SEE/MG apresente cronograma visando suprir as deficiências pontuadas no aludido relatório em relação às Instalações Sanitárias das Unidades Escolares.

12) Acessibilidade é entendida como possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. Em resumo, é a possibilidade de as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida interagirem com o ambiente de forma segura e com o máximo de autonomia. É imperioso criar oportunidades para a inclusão das pessoas com necessidades especiais na sociedade brasileira de forma igualitária e, assim, garantir-lhes o exercício da cidadania. Na contemporaneidade, quando as atenções se voltam para uma educação inclusiva, o binômio acessibilidade/inclusão é indissociável.

13) A segurança das instalações da rede escolar estadual demonstra fragilidade, colocando numa situação de vulnerabilidade a proteção de alunos, professores e demais servidores da educação e da área administrativa, bem como a segurança patrimonial dos estabelecimentos de ensino, carecendo, portanto, da tomada de providências pela SEE/MG.

14) Destaca-se a relevância do Alvará do Corpo de Bombeiros. Isso porque a prevenção de incêndios nos estabelecimentos de ensino não deve ser relegada a plano secundário. Ao contrário, deve ser objeto de constante atenção, mormente, pelos órgãos públicos.

15) Justifica a exigência do Alvará Sanitário, já que muitas doenças acontecem por falta de higiene, bem como por ingestão de alimentos deteriorados e de água contaminada. A Vigilância Sanitária atua de forma a prevenir, minimizar e eliminar os riscos a que está exposta a população e cuida de ações básicas, a fim de que a qualidade de vida seja garantida.

15) Trata o Habite-se de documento determinante da regularidade do imóvel diante da Prefeitura Municipal, a quem compete exercer a fiscalização. O principal objetivo desse documento, emitido tanto para edificações recém-construídas como para as reformadas, é assegurar que a edificação esteja apta para ser habitada, ocupada ou utilizada.

16) Criado pelo FNDE, o SISCORT permite registrar e controlar o remanejamento e a devolução dos livros e a distribuição da Reserva Técnica, aperfeiçoando a utilização dos materiais pelos alunos e professores. É de fundamental importância que a SEE/MG e as escolas desempenhem suas atribuições para que o livro didático atinja seus objetivos.

17) A propensão de problemas é grande, razão pela qual a coabitação é considerada como modelo pouco desejável de gestão, porque os entes parceiros têm planos de carreira, verbas e programas próprios que, evidentemente, não são coincidentes, o que, eventualmente, pode ser causa de atritos entre os profissionais do ensino das duas esferas (Auditoria Operacional n. 923.936, rel. Conselheiro Gilberto Diniz, [publicação](#) em 15 de fevereiro de 2016). [Inteiro Teor.](#)

EDITAL DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. APONTAMENTOS. VISITA TÉCNICA. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-FINANCEIRA E OPERACIONAL. VEDAÇÃO DE CONSÓRCIO SOMENTE MOTIVADA. CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESA. PUBLICAÇÃO DE NOVO EDITAL. IRREGULARIDADES SANADAS. REGULARIDADE DO CERTAME. ARQUIVAMENTO.

1) A exigência de profissional de nível superior, engenheiro, preferencialmente, devidamente registrado na entidade de classe, no momento da realização da visita técnica, não encontra amparo legal, além de impor limitação ao caráter competitivo da disputa. Com efeito, tal exigência somente é admissível na qualificação técnica, a teor do disposto no inciso I do §1º do art. 30 da Lei n. 8.666/1993.

2) A Constituição da República, no inciso XXI do art. 37, prescreve que somente poderão ser exigidas qualificações técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, de modo que toda e qualquer exigência que venha a restringir a competição no certame licitatório, além de ser devidamente justificada e pertinente ao objeto, deve ater-se ao que permite a lei, em homenagem ao princípio da legalidade, evitando formalismos e requisitos desnecessários, de modo a não ocasionar restrição ainda maior à competitividade no certame.

3) A “qualificação técnica operacional” correlaciona-se com a qualidade pertinente às pessoas jurídicas que participam do certame licitatório. Lado outro, a “qualificação técnica profissional” está relacionada à comprovação da existência, nos quadros da empresa, de profissionais capazes de executar a obra ou o serviço almejado pela Administração, constatando-se, in casu, que a exigência de comprovação pelos licitantes da sua qualificação técnica, mediante a apresentação do atestado de capacidade técnico-operacional, obedeceu os ditames do inciso II do art. 30 da Lei nº. 8.666, de 1993.

4) A vedação ou não da participação de empresas em consórcios nas licitações encontra-se na esfera da discricionariedade administrativa. A conveniência e a oportunidade em ampliar ou não a competitividade do certame é escolha discricionária da Administração Pública, devendo o ato convocatório estar seguido de motivação, havendo de ser considerada e exigida a justificativa da escolha da vedação à participação de empresas em consórcio, imprescindível para sua legalidade.

5) Se a própria lei determina que a certidão positiva com efeito de negativa produz os mesmos efeitos das certidões negativas, não compete ao Administrador fazer distinção entre elas, de modo que, prevendo a aceitação de certidão negativa de débitos, deverá obrigatoriamente receber a certidão positiva com efeito de negativa como apta à comprovação da regularidade fiscal dos licitantes.

6) É conveniente e totalmente recomendável que o município preveja, no instrumento convocatório, cláusulas voltadas para o tratamento diferenciado da microempresa e da empresa de pequeno porte, conforme consignado na resposta dada à Consulta n. 862.465.

7) Cabe à Administração fixar os índices financeiros para comprovarem a situação do licitante, devidamente justificados no processo licitatório (Edital de Licitação n. 958.114, rel. Conselheiro Gilberto Diniz, [publicação](#) em 15 de fevereiro de 2016). [Inteiro teor](#).

Outros Órgãos

Sociedade de economia mista e regime de precatório (STF).

“As sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de atuação própria do Estado e de natureza não concorrencial submetem-se ao regime de precatório. Com base nessa orientação, a Segunda Turma negou provimento a agravo regimental em que se pleiteava a aplicação do regime jurídico de execução das empresas privadas às sociedades de economia mista. A Turma afirmou que sociedade de economia mista prestadora de serviços de

abastecimento de água e saneamento que prestasse serviço público primário e em regime de exclusividade - o qual corresponderia à própria atuação do Estado, sem obtenção de lucro e de capital social majoritariamente estatal - teria direito ao processamento da execução por meio de precatório. RE 852302 AgR/AL, rel. Min. Dias Toffoli, 15.12.2015. (RE-852302)". Segunda Turma. [Informativo n. 812](#).

Jurisprudência selecionada (TCU).

"1. É lícita a previsão contratual de retenção pela Administração de pagamentos devidos à contratada em valores correspondentes às obrigações trabalhistas e previdenciárias inadimplidas, incluindo salários, demais verbas trabalhistas e FGTS, relativas aos empregados dedicados à execução do contrato". [Informativo de Licitações e Contratos n. 271](#).

"3. Exigências relativas ao tempo de formação acadêmica e de experiência profissional somente são aceitáveis como requisito de habilitação em licitações se acompanhadas de justificativa expressa, no instrumento convocatório, que demonstre a imprescindibilidade de tais condições à execução do objeto". [Informativo de Licitações e Contratos n. 271](#).

"É irregular o pagamento de remuneração variável aos empregados do Sistema S com base no cumprimento de metas de execução orçamentária, por contrariar os princípios da eficiência e da economicidade". [Boletim de jurisprudência n. 111](#).

"A remuneração por subsídio deve ocorrer por meio de parcela única (art. 39, § 4º, da Constituição Federal), ressalvadas as verbas de caráter indenizatório, entre as quais não se incluem as decorrentes da incorporação de quintos ou décimos e do pagamento da vantagem 'opção'". [Boletim de jurisprudência n. 111](#).

"Em caso de provimento de cargo isolado de magistrado de tribunal de segunda instância ou superior, assim como do TCU, a concessão de abono de permanência prescinde de novo cumprimento do prazo mínimo de cinco anos no cargo se o nomeado já percebia o abono no cargo anteriormente ocupado". [Boletim de jurisprudência n. 111](#).

"O direito à paridade dos servidores inativos com relação às gratificações de natureza *pro labore faciendo* permanece somente até que sejam processados os resultados das primeiras avaliações de desempenho. Não caracteriza violação do direito à irredutibilidade de vencimentos a adequação dos proventos ao valor fixado em lei a partir do referido marco". [Boletim de jurisprudência n. 111](#).

[Cadastre aqui](#) seu e-mail para receber o informativo de jurisprudência do TCEMG.

[Clique aqui](#) para acessar as edições anteriores.

Contate-nos em informativo@tce.mg.gov.br.

Secretaria Geral da Presidência
Assessoria de Súmula, Jurisprudência e Consultas Técnicas

**Assessoria de Súmula, Jurisprudência e Consultas Técnicas
Belo Horizonte | 16 a 26 de fevereiro de 2016 | n. 138**

O Informativo de Jurisprudência do TCEMG consiste em resumos elaborados a partir de notas tomadas nas sessões de julgamento das Câmaras e do Tribunal Pleno, mas não se trata de repositório oficial de jurisprudência. Contém, ainda, seleção de ementas publicadas no Diário Oficial de Contas – DOC – e matérias selecionadas oriundas do STF, do STJ, do TCU e do TJMG.

SUMÁRIO

Tribunal Pleno

- 1) Uso do espaço do plenário de Câmara Municipal para realização de eventos distintos da função legislativa.
- 2) Transferências intergovernamentais obrigatórias e cálculo das despesas com pessoal.
- 3) Acumulação de benefícios de pensão por morte em regime próprio de previdência social.

Primeira Câmara

- 4) Suspensão liminar de concorrência em função de irregularidades na exigência de capacitações técnica profissional ou técnica operacional.

Segunda Câmara

- 5) Procedimentos licitatórios com participação exclusiva de microempresas e de empresas de pequeno porte.

Clipping do DOC

Outros Órgãos

- 6) Ação de ressarcimento e imprescritibilidade – 3 (STF).
- 7) Licitação e demonstração de prejuízo ao erário ou favorecimento – 3 (STF).
- 8) Licitação e demonstração de prejuízo ao erário ou favorecimento – 4 (STF).
- 9) Direito administrativo. Acumulação lícita de cargos públicos (STJ).
- 10) Jurisprudência selecionada (TCU).
- 11) Lei municipal que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado declarada inconstitucional em juízo de retratação (TJMG).

Tribunal Pleno

Uso do espaço do plenário da Câmara Municipal para realização de eventos distintos da função legislativa.

Consulta em que Chefe de Legislativo Municipal indagou acerca da legalidade em cessão de espaço do plenário de Câmara Municipal para realização de eventos, promovidos por entidades públicas ou privadas, e sobre cobrança de valor para ressarcimento das respectivas despesas. O Conselheiro Wanderley Ávila, relator, conheceu da Consulta e classificou o espaço destinado às reuniões plenárias de Câmara Municipal como bem de uso especial, nos termos do art. 99 do [Código Civil](#), tendo em vista constituir patrimônio de Município destinado a atender a prestação de serviço permanente, inerente às funções legislativas. Delimitou que o uso de tal espaço deve, em regra, ser reservado às finalidades institucionais do Legislativo e defendeu a impossibilidade de o uso privado do local obstaculizar a atuação efetiva da função legislativa. Posicionou-se, nesse viés, pela possibilidade de utilização temporária de determinado espaço público de Câmara Municipal por terceiros, para atividades distintas da atuação legislativa, em curto intervalo de tempo, desde que não prejudique o trabalho dos Edis. Alertou, ainda, sobre a importância de se observarem as normas municipais que dispuserem acerca de uso de bens públicos. Sugeriu que os institutos administrativos mais adequados para operacionalizar a medida pretendida são a autorização de uso e a permissão simples de uso, ambos caracterizados pela precariedade, unilateralidade e discricionariedade da Administração. No tocante à cobrança de determinado valor para manutenção de espaço público utilizado por particular, destacou o entendimento doutrinário no sentido de que tanto a autorização quanto a permissão podem ser gratuitas ou remuneradas, conforme decisão discricionária da Administração. Ponderou, no entanto, que a precariedade do ato administrativo em questão se adéqua mais à gratuidade, pois a onerosidade poderia gerar, na hipótese de revogação unilateral e antecipada do ato administrativo, direito à compensação financeira em favor do usuário. Asseverou que a respectiva norma autorizativa ou permissiva de uso de bem público deve estabelecer a obrigação de o particular deixar o local no estado em que o encontrou, as sanções correspondentes e demais observações necessárias. Esclareceu, por fim, que a receita auferida pela autorização ou permissão remunerada de uso de bem de uso especial de Câmara Municipal deve ser contabilizada em favor da Edilidade local, nos termos da Consulta n. [751.508](#), como “receita corrente – outras receitas correntes – 1333.00.00 – receita de concessões e permissões – direitos de uso de bens públicos”. O Conselheiro Cláudio Couto Terrão divergiu quanto à destinação dos recursos, e ressaltou que, salvo previsão contrária em lei municipal, devem ser contabilizados em nome do Município, pessoa jurídica de direito público. O Conselheiro relator acolheu a sugestão. Aprovado, por unanimidade, o voto do relator, com a contribuição do Conselheiro Cláudio Couto Terrão (Consulta n. 951.540, rel. Conselheiro Wanderley Ávila, 15 de dezembro de 2015).

Transferências intergovernamentais obrigatórias e cálculo das despesas com pessoal.

Consulta na qual Prefeito Municipal inquiriu se despesas com remuneração de servidores efetivos custeadas com recursos da assistência financeira complementar instituída pela [Lei n. 11.350/2006](#) devem ser consideradas no cálculo da despesa com pessoal estabelecido na [Lei Complementar n. 101/2000](#) – LRF. Questionou, ainda, se as despesas com remuneração de servidores efetivos municipais custeadas com recursos repassados pela União ou pelo Estado devem ser inclusas no cálculo da despesa com pessoal, conforme preceitos da LRF. O Conselheiro Cláudio Couto Terrão, relator, exerceu juízo negativo de admissibilidade apenas quanto à segunda indagação, por coadunar com o entendimento consolidado do TCEMG nas Consultas n. [838.645](#), [838.980](#), [838.600](#), [838.571](#), [832.420](#), [700.774](#) e [656.574](#), no sentido de que, nas transferências intergovernamentais obrigatórias decorrentes de programas compartilhados por mais de um ente da federação, cada esfera de governo deve lançar como despesa de pessoal a parcela que lhe couber na remuneração do servidor, de modo que a parte restante seja contabilizada como “outros serviços de terceiros - pessoa física” e, não, como integrante das despesas com pessoal. No tocante ao primeiro questionamento, o Conselheiro relator discorreu acerca da Lei n. 11.350/2006, a qual dispõe sobre o regime jurídico e a

regulamentação dos cargos de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias. Citou as alterações advindas da edição da [Lei n. 12.994/2014](#), em especial a instituição do piso salarial profissional nacional para os cargos em questão. Nesse contexto, explicou que a obrigação de a União prestar assistência financeira complementar, prevista no art. 9º-C da Lei n. 11.350/2006, decorre da necessidade de viabilização do pagamento do piso salarial nacional sem o comprometimento das atividades de Estado, do Distrito Federal ou de Município, consideradas as diversidades entre os entes estatais quanto ao orçamento público e quanto ao quantitativo populacional. Asseverou que o art. 9º-F da Lei n. 11.350/2006 respondeu à questão do consulente e concluiu que as despesas com remuneração de servidores efetivos ocupantes dos cargos de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias custeadas com recursos da assistência financeira complementar prestada pela União devem ser consideradas no cálculo da despesa com pessoal do ente federativo receptor dos recursos. Aprovado o voto do Conselheiro relator, por unanimidade (Consulta n. 958.370, rel. Conselheiro Cláudio Couto Terrão, 17 de fevereiro de 2016).

Acumulação de benefícios de pensão por morte em regime próprio de previdência social.

Consulta em que dirigente de instituto municipal de previdência de servidores públicos questionou se, em regime próprio de previdência social, o falecimento de servidor ocupante de dois cargos de professor gera direito de dependentes a recebimento de dois benefícios de pensão por morte. O Conselheiro José Alves Viana, relator, conheceu da Consulta. Argumentou, de início, sobre a importância de se analisar o tema em consonância com estudo da acumulação remunerada de cargos. Ensinou que a regra geral constante na [Constituição da República](#) – CR, em seu art. 37, XVI, é a proibição de se acumularem cargos, empregos ou funções na Administração Pública, de forma que impeça um cidadão de ocupar várias funções sem que as possa desempenhar com proficiência. Lembrou as exceções insertas no próprio texto constitucional – art. 37, XVI, “a”, “b” e “c” –, quais sejam, (I) dois cargos de professor, (II) um cargo de professor com outro técnico ou científico e (III) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. Asseverou que tal permissividade de acumulação deve também observar os pressupostos de compatibilidade de horários e de observância do teto remuneratório, vedada a acumulação tríplice de cargos. Nesse viés, o Conselheiro relator aduziu que o exercício de dois cargos acumuláveis gera dois vínculos distintos com a Administração Pública, com a conseqüente contribuição para duas aposentadorias e a possibilidade de cumular os benefícios, nos termos do § 10 do art. 37 da CR. Definiu a pensão como instituto de caráter previdenciário referente à contraprestação das contribuições pagas por segurado e defendeu que duas contribuições lícitas geram o direito a duas pensões. Colacionou referências doutrinárias e jurisprudenciais no mesmo sentido e concluiu pela possibilidade de cumulação de benefícios de pensão, observados os limites constitucionais. Ante o exposto, reconheceu o direito de dependentes ao recebimento de dois benefícios de pensão por morte, na hipótese de falecimento de servidor ocupante de dois cargos de professor, em regime próprio de previdência social. Aprovado o voto do Conselheiro relator, por unanimidade (Consulta n. 958.969, rel. Conselheiro José Alves Viana, 24 de fevereiro de 2016).

Primeira Câmara

Suspensão liminar de concorrência em função de irregularidades na exigência de capacitações técnica profissional ou técnica operacional.

Denúncia, com pedido de liminar, interposta por empresa em face de concorrência promovida por Prefeitura Municipal com vistas à contratação de empresa para prestação de serviços em manutenção, fornecimento, instalação e implantação de sinalização semaforica, com instalação, implantação, manutenção corretiva e preventiva na sinalização e mobiliário semaforicos, recuperação, adaptação ou substituição de grupos focais com lâmpadas incandescentes existentes por lâmpadas de LED. O denunciante enumerou itens do edital que considerou irregulares por restringirem a competitividade e pugnou por decisão liminar de suspensão do certame licitatório. A Conselheira Adriene Andrade, relatora, observou, em juízo de cognição sumária, que algumas ponderações do denunciante eram suficientes para configuração do requisito de fundado receio de grave lesão ao erário, em especial o item que se referiu à inobservância do art. 30 da [Lei n. 8.666/1993](#). Concordou com a alegação do denunciante de que, no ato da apresentação dos atestados de capacitações técnica profissional ou técnica operacional, as exigências de inclusão de comprovação de execução de serviços idênticos aos serviços objeto do certame e de inclusão de itens de menor relevância entre os serviços, bem como o detalhamento excessivo dos serviços, extrapolaram o dispositivo legal citado, o qual exige apenas a comprovação da execução de serviços com características semelhantes e, ainda, somente com relação às parcelas mais relevantes. Nesse sentido, entendeu que os itens da denúncia mereceriam análise mais acurada, com vistas a evitar possível prejuízo ao erário decorrente do risco de não se obter a proposta mais vantajosa para a Administração. Determinou a suspensão liminar da concorrência, com fulcro no art. 76, XIV a XVI, da [Constituição Estadual](#), no art. 60, parágrafo único, da [Lei Orgânica do TCEMG](#), e nos artigos 264 e 267 do [Regimento Interno do TCEMG](#). Aprovado o voto da Conselheira relatora, por unanimidade (Denúncia n. 969.509, rel. Conselheira Adriene Andrade, 16 de fevereiro de 2016).

Segunda Câmara

Procedimentos licitatórios com participação exclusiva de microempresas e de empresas de pequeno porte.

Denúncia, com pedido de liminar, acerca de possíveis irregularidades em edital de pregão eletrônico publicado por Prefeitura Municipal para registro de preços destinado à aquisição de pneus, lona plástica e câmara de ar, com vigência de doze meses. A denunciante alegou que as irregularidades consistiram na restrição à ampla participação no certame, com ofensa aos princípios da competitividade, da isonomia e da legalidade, na medida em que o referido edital admitiu tão somente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte. Requereu a suspensão do certame e a retificação do edital para permitir a participação de empresas de grande porte. O Conselheiro Gilberto Diniz, relator, explicou que a restrição da licitação às microempresas e às empresas de pequeno porte representa a execução, no âmbito municipal e regional, de política pública para a promoção do desenvolvimento econômico e social, nos termos do art. 48, I, da [Lei Complementar n. 123/2006](#), com redação dada pela [Lei Complementar n. 147/2014](#). Nesse diapasão, não verificou ilegalidade nem restrição à ampla participação no procedimento licitatório e destacou que o princípio da competitividade não foi violado, porquanto seis fornecedores tiveram os preços registrados. Recomendou o cumprimento dos comandos insertos no art. 49, I e II, da [Lei Complementar n. 123/2006](#) nos editais de licitação futuros do Município, com a inclusão, na fase interna do procedimento licitatório, de comprovação de que há, no local da licitação ou na região, pelo menos três fornecedores enquadrados como microempresas ou como empresas de pequeno porte, capazes de cumprir as exigências editalícias, bem como a demonstração de que o tratamento diferenciado dispensado a tais empresas é vantajoso para a Administração Municipal. Ante o

exposto, julgou improcedentes os pedidos perpetrados pela denunciante. Aprovado o voto do Conselheiro relator, por unanimidade (Denúncia n. 944.602, rel. Conselheiro Gilberto Diniz, 18 de fevereiro de 2016).

Clipping do DOC

REPRESENTAÇÃO. CONTRATAÇÃO DIRETA POR MEIO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE. AUSÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO. LICITAÇÃO DISPENSÁVEL POR VALOR. NECESSIDADE DE COTAÇÃO DE PREÇOS. EXTINÇÃO. RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.

Tratando-se de licitação dispensável por valor, não há obrigatoriedade de se formalizar o respectivo processo de dispensa de licitação, consoante se depreende do disposto no artigo 26 da Lei de Licitações. Contudo, tanto as contratações decorrentes de dispensa como aquelas decorrentes de inexigibilidade devem ser precedidas de cotação de preços, a fim de se evitar o sobrepreço e justificar a escolha do fornecedor ou prestador (Representação n. 959.036, rel. Conselheiro José Alves Viana, [publicação](#) em 17 de fevereiro de 2016). [Inteiro Teor](#).

REPRESENTAÇÃO. PROCESSO SELETIVO. VALORES ARRECADADOS COM AS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS. DEPÓSITO DIRETAMENTE NA CONTA DA EMPRESA ORGANIZADORA. VIOLAÇÃO AOS PRECEITOS DA CONTABILIDADE PÚBLICA. IRREGULARIDADE. APLICAÇÃO DE MULTA À RESPONSÁVEL. RECOMENDAÇÃO.

O depósito dos valores arrecadados com as inscrições dos candidatos diretamente na conta da empresa organizadora do concurso configura renúncia de receita, em clara violação aos preceitos da contabilidade pública (Representação n. 944.634, rel. Conselheiro José Alves Viana, [publicação](#) em 17 de fevereiro de 2016). [Inteiro Teor](#).

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EMITIDO PELA PRÓPRIA EMPRESA. DESCUMPRIMENTO DE REQUISITO DO EDITAL. INABILITAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA

O atestado exigido para fins de capacitação técnica deve ser emitido por empresa tomadora de serviços semelhantes aos licitados, a qual, após sua experiência, está apta a garantir a qualidade da atividade prestada, seja pela empresa licitante ou por seu responsável técnico, nos termos do art. 30, §1º, da Lei n. 8.666/93 (Denúncia n. 952.017, rel. Conselheiro José Alves Viana, [publicação](#) em 17 de fevereiro de 2016). [Inteiro Teor](#).

DENÚNCIA. TOMADA DE PREÇOS. IRREGULARIDADES. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA. MODALIDADE DE LICITAÇÃO. PONTUAÇÃO POR TEMPO DE EXISTÊNCIA DA EMPRESA E POR NÚMERO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADOS. PREÇO MÁXIMO. AUSÊNCIA DO ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS, COMO ANEXO DO EDITAL. FALTA DE RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO DE PESO PARA O CRITÉRIO TÉCNICO EM 70% E PARA O CRITÉRIO FINANCEIRO EM 30%. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. RECOMENDAÇÕES AO ATUAL GESTOR.

1. A licitação de bens e serviços de tecnologia da informação considerados comuns, ou seja, aqueles que possuam padrões de desempenho e de qualidade objetivamente definidos pelo edital, com base em especificações usuais no mercado, deve ser obrigatoriamente realizada pela modalidade Pregão.

2. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União se posiciona no sentido de que, de forma geral, para contratação de empresa especializada em cessão de direito de uso (ou locação, licenciamento) dos sistemas integrados em gestão pública e serviços complementares, pressupõe-se que o sistema já exista (Acórdão TCU nº 16/2004 – Plenário) e/ou pelo menos que *"possa ser definido objetivamente e ter padrões de desempenho e qualidade especificados"*

(Acórdão TCU nº 2658/2007 – Plenário), então não há que se falar em serviço de natureza predominantemente intelectual, pois se trata de fornecimento de *software* e serviços interligados objetivamente obtidos no mercado.

3. A Lei de Licitações permite que o preço máximo conste do edital, mas não há obrigatoriedade nesse sentido. Todavia, o preço máximo deverá ser divulgado, obrigatoriamente, se constituir critério de desclassificação das licitantes, ou no caso de obras e serviços de engenharia, nos termos da Súmula n. 259/2010 do Tribunal de Contas da União – TCU.

4. Tratando-se de licitação na modalidade tomada de preços, deve ser observada a disposição contida na Lei de Licitações, que em seu artigo 40, §2º, inciso II, preceitua que o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários constitui anexo do edital, dele fazendo parte integrante.

5. É irregular, *in casu*, a fixação do peso atribuído à técnica (70%) e ao preço (30%), haja vista não estar motivada no processo licitatório, bem como da pontuação que valore apenas a quantidade de serviços realizados em experiências passadas dos licitantes (sem considerar o desempenho destes ou a complexidade dos serviços realizados) e da pontuação pelo tempo de existência do licitante na prestação de serviços na área de informática (Denúncia n. 911.898, rel. Conselheiro José Alves Viana, [publicação](#) em 19 de fevereiro de 2016). [Inteiro Teor](#).

REPRESENTAÇÃO. ACUMULAÇÃO ILÍCITA DE CARGOS PÚBLICOS. NECESSIDADE DE OPÇÃO POR PARTE DO SERVIDOR. DETERMINAÇÕES.

Restou caracterizada a acumulação ilícita de cargos públicos, visto que os cargos atualmente ocupados pelo servidor não se encontram inseridos nas exceções previstas no mandamento constitucional anteriormente transcrito (art. 37, incisos XVI e XVII). Ademais, ambos os cargos ocupados atualmente pelo servidor requerem dedicação exclusiva, estando configurada, assim, a incompatibilidade de horários (Representação n. 951.459, rel. Conselheiro Wanderley Ávila, [publicação](#) em 19 de fevereiro de 2016). [Inteiro Teor](#).

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO ZERO KM COM BAÚ ISOTÉRMICO. APONTAMENTOS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS RESTRITIVAS. AUSÊNCIA DE PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS ANEXADA AO EDITAL. DESCRIÇÃO INCOMPLETA DO BEM A SER LICITADO. EXISTÊNCIA DE CLÁUSULA PREVENDO RESCISÃO CONTRATUAL NÃO PREVISTA EM LEI. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÃO DE ANULAÇÃO DO CERTAME. RECOMENDAÇÃO.

1. A definição de valores máximos para itens como distância entre eixos, comprimento, altura e largura totais, capacidade da carga e do tanque de combustível, bem como potência do motor deve ser justificada, sob pena de configurar, desnecessariamente, óbice ao oferecimento de maior variedade de modelos e marcas de caminhões. Constata-se, pois, verdadeira afronta aos princípios insculpidos no art. 3º da Lei n. 8.666/93, em especial, o da legalidade, da isonomia e da impessoalidade, além da ofensa à livre competitividade, pressuposto essencial à garantia da igualdade entre os interessados e à seleção da proposta mais vantajosa pela Administração Pública.

2. Este Tribunal de Contas, no julgamento do Recurso Ordinário n. 887858, deliberado na sessão Plenária de 27/08/14, manifestou-se pela discricionariedade da anexação do orçamento ao edital do pregão, entendendo necessária apenas a ampla cotação do preço unitário dos produtos licitados, na fase interna do procedimento licitatório.

3. O rol do art. 78 é taxativo, sendo vedado à Administração criar novas hipóteses de rescisão. A hipótese de “escândalo público e notório” não se aplica à enumeração estabelecida pelo aludido dispositivo legal, motivo pelo qual a cláusula em tela é irregular (Denúncia n. 932.521, rel. Conselheiro Cláudio Couto Terrão, [publicação](#) em 22 de fevereiro de 2016). [Inteiro teor](#).

CONCURSO PÚBLICO. SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES. REGULARIDADE DO CERTAME. ARQUIVAMENTO.

1. A previsão editalícia expressa estabelecendo a visão monocular como hipótese de deficiência que autoriza a concorrência às vagas reservadas, é recomendável, porém, a omissão de tal disposição no ato convocatório não macula o certame, tampouco restringe a sua competitividade, notadamente se o edital faz alusão à norma do Decreto n. 3.298/99.

2. Saneadas as irregularidades, julga-se regular o Edital de Concurso sob exame (Edital de Concurso Público n. 924.232, rel. Conselheiro Cláudio Couto Terrão, [publicação](#) em 22 de fevereiro de 2016). [Inteiro teor](#).

REPRESENTAÇÃO. CONCURSO PÚBLICO. SALÁRIO DOS TÉCNICOS EM RADIOLOGIA. IMPROCEDÊNCIA. ADITAMENTO. SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES. ARQUIVAMENTO.

1. A Lei Federal n. 7.394/1985 estipula piso salarial vinculado ao salário mínimo vigente, o que, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é flagrantemente inconstitucional, uma vez que, no inciso IV do art. 7º da Constituição de 1988, é vedada a vinculação do salário mínimo comum para qualquer fim.

2. No que se refere à percepção de adicional de risco de vida e insalubridade, o §3º do art. 39 da Constituição da República, na redação conferida pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998, excluiu a obrigatoriedade do pagamento do adicional de insalubridade ao servidor público (Representação n. 958.221, rel. Conselheiro Gilberto Diniz, [publicação](#) em 25 de fevereiro de 2016). [Inteiro Teor](#).

DENÚNCIA. TOMADA DE PREÇOS. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA. AFASTADA. MÉRITO. IRREGULARIDADES. EXIGÊNCIA DE QUE O PRODUTO FOSSE DE "FABRICAÇÃO NACIONAL". EXIGÊNCIA DE EQUIPAMENTO COM "SISTEMA DE FREIO A BANHO DE ÓLEO". PROCEDÊNCIA PARCIAL. PLANO DE TRABALHO SICONV. NÃO APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. ARQUIVAMENTO.

1. Os procedimentos licitatórios devem primar pela estrita observância dos princípios que lhe são correlatos, notadamente os da universalidade e da isonomia. Assim, devem ser rejeitados quaisquer requisitos e exigências que venham a restringir a ampla competitividade.

2. A exigência de que o bem a ser adquirido seja de fabricação nacional constitui injustificada restrição à participação de produtos de origem estrangeira, independentemente da verificação de sua qualidade, pois pode reduzir o universo de possíveis interessados em participar do certame, a exemplo das licitantes que adquirem e comercializam bens de fornecedores internacionais, de modo que a preferência por produtos de fabricação nacional a serem adquiridos pela Administração Pública somente poderia ser prevista nos editais como critério de desempate.

3. *In casu*, a exigência de que o objeto licitado fosse de fabricação nacional foi determinada no plano de trabalho do Convênio SICONV nº 752571/2010, extraído no sítio do SICONV, e caso não fosse observado pela Administração Municipal tal requisito, poderia ser comprometida a liberação dos recursos financeiros pelo agente repassador, razão pela qual se deixa de apenar os responsáveis.

4. A exigência editalícia de que a pá carregadeira fosse equipada com sistema de freio a banho de óleo não constitui irregularidade, porquanto não houve afronta aos princípios basilares da licitação explícitos tanto na Constituição da República quanto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, sem comprometer a ampla participação no certame (Denúncia n. 859.094, rel. Conselheiro Gilberto Diniz, [publicação](#) em 25 de fevereiro de 2016). [Inteiro Teor](#).

Ação de ressarcimento e imprescritibilidade – 3 (STF).

“É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil. Esse o entendimento do Plenário, que em conclusão de julgamento e por maioria, negou provimento a recurso extraordinário em que discutido o alcance da imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário prevista no § 5º do art. 37 da CF (“§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento”). No caso, o Tribunal de origem considerara prescrita a ação de ressarcimento de danos materiais promovida com fundamento em acidente de trânsito, proposta em 2008, por dano ocorrido em 1997 — v. Informativo 767. O Colegiado afirmou não haver dúvidas de que a parte final do dispositivo constitucional em comento veicularia, sob a forma da imprescritibilidade, ordem de bloqueio destinada a conter eventuais iniciativas legislativas displicentes com o patrimônio público. Todavia, não seria adequado embutir na norma de imprescritibilidade um alcance ilimitado, ou limitado apenas pelo conteúdo material da pretensão a ser exercida — o ressarcimento — ou pela causa remota que dera origem ao desfalque no erário — ato ilícito em sentido amplo. De acordo com o sistema constitucional, o qual reconheceria a prescritibilidade como princípio, se deveria atribuir um sentido estrito aos ilícitos previstos no § 5º do art. 37 da CF. No caso concreto, a pretensão de ressarcimento estaria fundamentada em suposto ilícito civil que, embora tivesse causado prejuízo material ao patrimônio público, não revelaria conduta revestida de grau de reprovabilidade mais pronunciado, nem se mostraria especialmente atentatória aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública. Por essa razão, não seria admissível reconhecer a regra excepcional de imprescritibilidade. Seria necessário aplicar o prazo prescricional comum para as ações de indenização por responsabilidade civil em que a Fazenda figurasse como autora. Ao tempo do fato, o prazo prescricional seria de 20 anos de acordo com o CC/1916 (art. 177). Porém, com o advento do CC/2002, o prazo fora diminuído para três anos. Além disso, possuiria aplicação imediata, em razão da regra de transição do art. 2.028, que preconiza a imediata incidência dos prazos prescricionais reduzidos pela nova lei nas hipóteses em que ainda não houvesse transcorrido mais da metade do tempo estabelecido no diploma revogado. A Corte pontuou que a situação em exame não trataria de imprescritibilidade no tocante a improbidade e tampouco envolveria matéria criminal. Assim, na ausência de contraditório, não seria possível o pronunciamento do STF sobre tema não ventilado nos autos. Vencido o Ministro Edson Fachin, que provia o recurso. Entendia que a imprescritibilidade constitucional deveria ser estendida para as ações de ressarcimento decorrentes de atos ilícitos que gerassem prejuízo ao erário. RE 669069/MG, rel. Min. Teori Zavascki, 3.2.2016. (RE-669069)”. [Informativo n. 813](#).

Licitação e demonstração de prejuízo ao erário ou favorecimento - 3 (STF).

“A Segunda Turma rejeitou denúncia imputada à deputada federal, então secretária de estado, pela a prática do crime disposto no art. 312, “caput”, do CP (peculato desvio), desclassificou essa conduta para a prevista no art. 315 do CP e pronunciou a prescrição da pretensão punitiva do Estado, com a consequente extinção da punibilidade da denunciada. Além disso, rejeitou a peça acusatória quanto ao suposto cometimento do crime do art. 89 da Lei 8.666/1993 (inexigibilidade indevida de licitação). No caso, segundo a inicial acusatória, a indiciada teria desviado vultosa quantia de convênio entre Estado-Membro e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Teria, também, deixado de exigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ao contratar determinada empresa para prestar serviços de capacitação de professores — v. Informativo 795. A Turma assinalou, no que se refere ao art. 312 do CP, não haver plausibilidade da acusação, uma vez que os recursos teriam sido incorporados ao Tesouro — caixa único do Estado. Inq 3731/DF, rel. Min. Gilmar Mendes,

2.2.2016. (Inq-3731)". [Informativo n. 813](#).

Licitação e demonstração de prejuízo ao erário ou favorecimento - 4 (STF).

"A Turma mencionou, quanto à inexigibilidade de licitação, que teria sido fundada no art. 25, II, da Lei 8.666/1993. O objeto da contratação fora enquadrado como "serviço técnico de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, com profissionais de notória especialização". O colegiado afirmou que a hipótese não se harmonizaria ao dispositivo legal, pois a empresa que formulara proposta para prestar o serviço contratado não demonstrara a especialização exigida. Essa pessoa jurídica teria acostado atestados de competência técnica referentes à capacitação e aperfeiçoamento de pessoal voltado para as áreas de administração e "marketing", mas não para área atinente ao treinamento pretendido — capacitação de educadores do ensino de jovens e adultos. Ademais, a procuradoria administrativa teria opinado pela viabilidade da contratação, mas alertara para a necessidade da justificativa de preços. No entanto, a procuradoria-geral do Estado-Membro considerara que a adoção de parecer anterior suprimiria a necessidade. Ocorre que o parecer mencionado não fazia qualquer menção à justificativa do preço. A realização de pesquisa de mercado após a escolha da fornecedora, muito embora não provasse, por si só, qualquer ilícito, levantaria suspeita para o direcionamento indevido da contratação. Esses seriam elementos adicionais a indicar que a contratação direta não teria sido a decisão juridicamente correta. Contudo, a jurisprudência do STF, ao interpretar o art. 89 da Lei 8.666/1993, exigiria a demonstração do prejuízo ao erário e a finalidade específica de favorecimento indevido para reconhecer a adequação típica. O objetivo desse entendimento seria separar os casos em que ocorrera interpretação equivocada das normas, ou mesmo puro e simples erro do administrador daqueles em que a dispensa buscara efetivo favorecimento dos agentes envolvidos. Mencionou que, a despeito disso tudo, os elementos não demonstrariam que a denunciada tivesse agido com intenção de causar prejuízo ao erário ou favorecer a contratada. Não haveria elemento que indicasse que a denunciada tivesse pessoalmente exercido influência na escolha. Assim, em princípio, a denunciada teria agido com a crença de que a contratação seria conveniente e adequada e de que a licitação seria inexigível de acordo com os critérios jurídicos. Por fim, não vislumbrou elementos suficientes a indicar vontade de causar prejuízo ao erário ou favorecer a contratada. Inq 3731/DF, rel. Min. Gilmar Mendes, 2.2.2016. (Inq-3731)". [Informativo n. 813](#).

Direito administrativo. Acumulação lícita de cargos públicos (STJ).

"É possível a acumulação de um cargo público de professor com outro de intérprete e tradutor da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Nos termos da CF, a inacumulabilidade de cargo público emerge como regra, cujas exceções são expressamente estabelecidas no corpo da própria Carta Magna (art. 37, XVI). Na exceção prevista na alínea "b" do inciso XVI do art. 37 da CF ("a de um cargo de professor com outro técnico ou científico"), o conceito de "cargo técnico ou científico" não remete, essencialmente, a um cargo de nível superior, mas à atividade desenvolvida, em atenção ao nível de especificação, capacidade e técnica necessários para o correto exercício do trabalho (RMS 42.392-AC, Segunda Turma, DJe 19/3/2015; RMS 28.644-AP, Quinta Turma; DJe 19/12/2011; e RMS 20.033-RS, Quinta Turma, DJ 12/3/2007). Cumpre destacar, de partida, que a legislação brasileira reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como um sistema linguístico de comunicação, cuja formação profissional deve ser fomentada pelo Poder Público para viabilizar a comunicação com a pessoa portadora de deficiência e, conseqüentemente, promover sua inclusão nas esferas sociais (Leis n. 10.098/2000 e n. 10.436/2002 e Dec. n. 5.626/2005). Nesse contexto, as disposições do Dec. n. 5.626/2005 somam-se aos preceitos da Lei n. 12.319/2010 (que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da LIBRAS) para evidenciar que o exercício da profissão de

tradutor e intérprete da LIBRAS exige conhecimentos técnicos e específicos relativos a um sistema linguístico próprio, totalmente diferente da Língua Portuguesa, mas a esta associada para fins de viabilizar a comunicação com pessoas portadoras de deficiência, conduzindo à inexistência de vedação para cumulação do cargo de professor com o de tradutor e intérprete da LIBRAS, dada a natureza técnica do cargo. REsp 1.569.547-RN, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 15/12/2015, DJe 2/2/2016". [Informativo n. 575](#).

Jurisprudência selecionada (TCU).

"1. É irregular a contratação emergencial por dispensa de licitação (art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93) quando a interdição do acesso à edificação com problema estrutural for suficiente para a eliminação do risco e, conseqüentemente, da situação emergencial". [Informativo de Licitações e Contratos n. 272](#).

"2. A indicação de marca no edital deve estar amparada em razões de ordem técnica, de forma motivada e documentada, que demonstrem ser aquela marca específica a única capaz de satisfazer o interesse público". [Informativo de Licitações e Contratos n. 272](#).

"3. Permite-se menção a marca de referência no edital, como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, caso em que se deve necessariamente acrescentar expressões do tipo "ou equivalente", "ou similar", "ou de melhor qualidade", podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada". [Informativo de Licitações e Contratos n. 272](#).

"4. A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) é possível, nos termos do art. 3º, inciso II, do Decreto 7.892/13, quando for conveniente para a Administração contratante realizar várias aquisições do objeto licitado (entrega parcelada dos produtos), o que não se confunde com aquisições em que são demandadas partes do objeto licitado (entrega de parcelas do produto), situação não albergada na legislação de regência". [Informativo de Licitações e Contratos n. 272](#).

"5. Em regra a prorrogação do contrato administrativo deve ser efetuada antes do término do prazo de vigência, mediante termo aditivo, para que não se opere a extinção do ajuste. Entretanto, excepcionalmente e para evitar prejuízo ao interesse público, nos contratos de escopo, diante da inércia do agente em formalizar tempestivamente o devido aditamento, é possível considerar os períodos de paralisação das obras por iniciativa da Administração contratante como períodos de suspensão da contagem do prazo de vigência do ajuste". [Informativo de Licitações e Contratos n. 272](#).

"Pessoal. Remuneração. Irredutibilidade. Aposentadoria. Ato ilegal.

A redução de proventos de aposentadoria concedida em desacordo com a lei não ofende o princípio da irredutibilidade de vencimentos". [Boletim de jurisprudência n. 112](#).

"Pessoal. Ato sujeito a registro. Princípio da segurança jurídica. Requisito. Ato ilegal.

A aplicação do princípio da segurança jurídica, para fins de manutenção excepcional dos efeitos financeiros de atos de concessão com ilegalidade, deve cingir-se àquelas hipóteses em que for irreversível a situação fática do interessado ou insuportável o prejuízo a ele causado, relacionadas em regra: i) à impossibilidade de reversão do servidor à atividade para complementar tempo de serviço considerado ilegal; ii) à supressão dos meios de subsistência condigna; iii) ao estado de saúde do beneficiário; ou iv) à absoluta impossibilidade de preenchimento de algum requisito legal". [Boletim de jurisprudência n. 112](#).

"Gestão Administrativa. Conselho de Fiscalização Profissional. Acesso à informação. Legislação. Os conselhos de fiscalização profissional, por terem natureza autárquica, sujeitam-se à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), conforme dispõe seu art. 1º, parágrafo único, inciso II."

[Boletim de jurisprudência n. 112.](#)

“Pessoal. Tempo de serviço. Certidão pública. Requisito. Regime estatutário. Regime celetista. Certidões emitidas por entes de direito público interno são aptas a comprovar tempo de serviço estatutário, quando não demonstrados os respectivos recolhimentos previdenciários, desde que haja especificação dos atos ou das portarias de provimento e de vacância, com suas respectivas publicações, bem como o regime jurídico a que o servidor foi submetido, se estatutário ou celetista. Em se tratando de regime celetista, o documento hábil para a averbação do tempo de serviço é a certidão expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)”. [Boletim de jurisprudência n. 112.](#)

“Pessoal. Admissão de pessoal. Contratação temporária. Requisito. Desestruturação organizacional interna não legitima a contratação temporária, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e na Lei 8.745/93, de servidores para exercer funções contínuas e permanentes”. [Boletim de jurisprudência n. 112.](#)

Lei municipal que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado declarada inconstitucional em juízo de retratação (TJMG).

“O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por maioria, julgou procedente a representação, com efeitos *ex nunc*, em juízo de retratação, a ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça, em face dos incisos V e VI do art. 2º da Lei nº 350/2011 do município de Camanducaia, que dispõe sobre contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Em regime de Repercussão Geral, o eg. Supremo Tribunal Federal decidiu que contratações dessa natureza têm a possibilidade de serem validadas, desde que observados parâmetros predeterminados, a saber, previsibilidade dos casos excepcionais em lei, necessidade de contratação indispensável, interesse público excepcional, prazo predeterminado da contratação, necessidade temporária, (RE 658.026/MG). Não tendo sido verificado o preenchimento dos requisitos elencados no art. 37, inc. IX da Constituição da República, nem o ajuste ao art. 22 da Constituição mineira, uma vez que não foi definido o prazo predeterminado para a duração do contrato, tampouco comprovada a excepcionalidade do caso em questão, devem ser entendidas como inconstitucionais as normas questionadas, atribuindo efeitos *ex nunc* ao julgamento, em respeito aos contratos firmados até a data do julgado, em observação ao princípio da segurança jurídica e da boa-fé aos prestadores de serviço à Administração Pública, salvaguardando ainda os eventuais direitos preconizados pela Suprema Corte (art. 27 da Lei 9.868/99). Tratando-se de ação originalmente julgada improcedente, com a consequente declaração de constitucionalidade da lei impugnada, em observação ao Recurso Extraordinário interposto pelo Ministério Público de Minas Gerais e reconhecendo que a matéria já havia sido julgada com Repercussão Geral, decidiu-se, em juízo de retratação, pela procedência da representação e pela declaração de inconstitucionalidade da Lei, com efeitos *ex nunc*, por maioria de votos. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.11.044096-3/000, Rel. Des. Belizário Lacerda, DJe de 04/02/2016)”. [Boletim n. 132.](#)

[Cadastre aqui](#) seu e-mail para receber o informativo de jurisprudência do TCEMG.

[Clique aqui](#) para acessar as edições anteriores.

Contate-nos em informativo@tce.mg.gov.br.

**Assessoria de Súmula, Jurisprudência e Consultas Técnicas
Belo Horizonte | 29 de fevereiro a 14 de março de 2016 | n. 139**

O Informativo de Jurisprudência do TCEMG consiste em resumos elaborados a partir de notas tomadas nas sessões de julgamento das Câmaras e do Tribunal Pleno, mas não se trata de repositório oficial de jurisprudência. Contém, ainda, seleção de ementas publicadas no Diário Oficial de Contas – DOC – e matérias selecionadas oriundas do STF, do STJ, do TCU e do TJMG.

SUMÁRIO

Tribunal Pleno

1) Créditos adicionais e técnicas de remanejamento, de transposição e de transferência de recursos orçamentários: diferenças, necessidade de autorização legislativa e fontes de recursos

Primeira Câmara

2) Concurso público: isenção do pagamento de taxa de inscrição e convocação dos candidatos portadores de necessidades especiais

Segunda Câmara

3) Configuração de dano ao erário e decurso do tempo

Clipping do DOC

Outros Órgãos

4) Nomeação de servidor e nepotismo - 2 (STF)

5) TCU: repactuação de termos contratados, limites de atuação e via processual adequada – 5 (STF)

6) Inadmissibilidade de acumulação de cargos públicos cujas jornadas somem mais de sessenta horas semanais. (STJ)

7) Posse em cargo público por menor de idade (STJ)

8) Monitoramento de e-mail corporativo de servidor público (STJ)

9) Jurisprudência selecionada (TCU)

Tribunal Pleno

Créditos adicionais e técnicas de remanejamento, de transposição e de transferência de recursos orçamentários: diferenças, necessidade de autorização legislativa e fontes de recursos

Consulta em que Chefe de Executivo Municipal indagou a diferença entre créditos adicionais e técnicas de transposição, de remanejamento ou de transferência de recursos orçamentários.

Questionou, ainda, sobre exigência de prévia autorização legal para adoção das técnicas mencionadas e acerca de impacto no percentual de suplementação fixado na Lei Orçamentária Anual (LOA) e, por fim, perguntou se a alteração de fonte de recurso orçamentário constitui percentual de suplementação, de remanejamento, de transposição ou de transferência. O Conselheiro Wanderley Ávila, Relator, após juízo positivo de admissibilidade, conceituou e diferenciou os institutos jurídicos em questão nos termos do Parecer exarado na Consulta n. 862.749 (publicação no DOC em 5 de agosto de 2014). Asseverou que as figuras do remanejamento, da transposição ou da transferência de recursos financeiros não podem constar na LOA, com espeque no art. 167, VI, da Constituição da República (CR) e no princípio da exclusividade, inserto no art. 165, § 8º, da CR. Quanto aos créditos adicionais, afirmou que a abertura de créditos especiais e suplementares deve ser operacionalizada por meio de decreto do Chefe do Executivo, após prévia autorização legislativa. Destacou a possibilidade de os créditos suplementares constarem na LOA e alertou que a abertura de créditos extraordinários para cobrir despesas urgentes e imprevisíveis constitui exceção à necessidade de prévia autorização legislativa. Registrou que alterações de fontes de recursos orçamentários para execução de determinado elemento de despesa não caracterizam ocorrência de crédito suplementar, nos termos do art. 41, I, da Lei n. 4.320/1964. Aduziu, ainda, que as alterações de fontes de recursos orçamentários não devem impactar o limite percentual de suplementação autorizado nas leis orçamentárias, nem determinar a ocorrência de remanejamentos, de transposições ou de transferências, visto que não alteram o valor do crédito orçamentário. Em voto-vista, o Conselheiro Cláudio Couto Terrão acompanhou, na íntegra, o voto do Conselheiro relator e enfatizou a desnecessidade de lei específica para realização de remanejamento, de transposição ou de transferência de recursos orçamentários, exigida apenas autorização do Poder Legislativo. Aprovado, por unanimidade, o voto do Conselheiro relator (Consulta n. 958.027, rel. Conselheiro Wanderley Ávila, 2 de março de 2016).

Primeira Câmara

Concurso público: isenção do pagamento de taxa de inscrição e convocação dos candidatos portadores de necessidades especiais

Edital de Concurso Público para provimento de cargos em Executivo Municipal, submetido à análise da Corte de Contas. Após manifestações da Unidade Técnica, do *Parquet* de Contas e do responsável pelo concurso, o Conselheiro Cláudio Couto Terrão, relator, considerou sanadas diversas irregularidades, em especial a atribuição de pontuação a títulos obtidos a partir da conclusão de cursos previstos como requisito de acesso aos cargos e a divergência entre os vencimentos dos cargos ofertados e o disposto na lei que os criou. No tocante à isenção da taxa de inscrição, citou entendimento do TCEMG no sentido do dever de se assegurar isenção a todo candidato que comprovar a impossibilidade de pagamento do valor da inscrição sem o respectivo comprometimento do sustento próprio e da família. Asseverou que a comprovação da hipossuficiência financeira pode ser perpetrada por todos os meios legais, em direito admitidos, de forma a preservar o princípio da competitividade. Atestou, nesse diapasão, irregularidades no edital sob análise, por exigir, no ato do requerimento da isenção do valor da taxa de inscrição, a condição de desempregado e a apresentação de vários documentos, inclusive participação em programas sociais do governo. No que tange à reserva de vagas para candidatos portadores de necessidades especiais, o Conselheiro relator destacou o princípio da acessibilidade, consubstanciado no art. 37, VIII, da Constituição da República (CR) e explicou que cada ente federativo deve editar ato normativo próprio para fixar as regras de inclusão dos portadores de necessidades especiais no funcionalismo público, com fulcro nos artigos 23, II e 24, XIV, da CR. Defendeu que, mesmo na hipótese de omissão normativa, a entidade

federativa deve especificar, no edital do certame, as regras de reserva de vagas para portadores de necessidades especiais ou optar pela adoção de regramento estadual ou federal. Mencionou decisão do STF no MS n. 26.310-5/DF, em que se definiu os percentuais mínimo (5%) e máximo (20%) a serem adotados na ordem de convocação de portadores de necessidades especiais aprovados em concurso público. Ressaltou que deve ser realizado arredondamento para o primeiro número inteiro subsequente, desde que não se extrapole o limite máximo de 20% do total de vagas ofertadas, e aduziu a impossibilidade de nomeação de portadores de necessidades especiais antes da quinta vaga. Consignou que tal método de arredondamento, adotado nos Processos n. [951.731](#), [913.474](#), [885.855](#) e [862.425](#), evita equívocos na fixação do número de vagas reservadas e define a ordem exata de convocação dos portadores de necessidades especiais. O Conselheiro relator verificou, no caso concreto em questão, irregularidade no arredondamento realizado pelo Executivo Municipal, mas não aplicou sanção ao responsável, já que este agiu conforme apontamentos do Ministério Público de Contas. Aplicou multa, no entanto, em função da inobservância dos critérios de isenção do pagamento da taxa de inscrição. Aprovado, por unanimidade, o voto do Conselheiro relator (Edital de Concurso Público n. 932.495, rel. Conselheiro Cláudio Couto Terrão, 1º de fevereiro de 2016).

Segunda Câmara

Configuração de dano ao erário e decurso do tempo

Tomada de Contas Especial instaurada para apuração de dano ao erário decorrente da falta de comprovação de despesas realizadas com recursos de convênio. O Conselheiro José Alves Viana, relator, salientou que o decurso de mais de quinze anos sem citação válida dos responsáveis prejudicou a ampla defesa e o contraditório, em especial no tocante à produção de provas. Colacionou, nesse viés, julgados do TCU (Acórdão [462/2009](#)) e do TCEMG (Processo Administrativo n. [708.673](#)). Em sequência, atestou a impossibilidade de aferição do dano ao erário, concluiu se tratar de hipótese de contas não liquidáveis e ordenou o trancamento das contas, nos termos do art. 255 do [Regimento Interno](#) do TCEMG. Recomendou, por fim, ao órgão que instaurou a Tomada de Contas Especial, a adoção das seguintes providências: (i) análise célere das prestações de contas que lhe forem submetidas; (ii) na hipótese de apuração de dano ao erário, agir para restituí-lo de forma imediata e, após exaurimento das medidas sem que haja restituição ou desconsideração do dano, instaurar a respectiva Tomada de Contas Especial, nos termos e no prazo estabelecidos na Instrução Normativa TCEMG n. [03/2013](#). Aprovado, por unanimidade, o voto do Conselheiro relator (Tomada de Contas Especial n. 942.169, rel. Conselheiro José Alves Viana, 29 de fevereiro de 2016).

Clipping do DOC

AGENTES POLÍTICOS

RECURSO ORDINÁRIO – PRELIMINARES: ADMISSIBILIDADE – CONHECIMENTO – CITAÇÃO VÁLIDA – NÃO ACOLHIMENTO DA ARGUIÇÃO DE NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS – INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO – MÉRITO – FALECIMENTO DO RECORRENTE – DESCONSTITUIÇÃO DA MULTA IMPUTADA – DETERMINAÇÃO DE RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO ESTENDIDA AO ESPÓLIO OU AO(S) SUCESSOR(ES) DO FALECIDO – PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO

1 - A imputação de multa ou de restituição ao erário depende da comprovação de que o gestor agiu com dolo ou culpa. No caso em análise, entende-se que não se encontra comprovado que o recorrente teve a consciência e a vontade de descumprir a Lei n. 8.666/93, a Lei n. 4.320/64 e as súmulas deste Tribunal (dolo direto) ou assumiu o risco de descumpri-las (dolo eventual). No entanto, entende-se que o recorrente agiu com culpa, pois, na qualidade de Prefeito do Município, não se cercou dos cuidados necessários ao exercício do cargo, o que inclui o dever de consulta prévia da legislação que norteia os atos de gestão.

2 - Nas licitações e contratos administrativos, o art. 3º da Lei n. 8.666 prevê a necessidade de observância de vários princípios, dentre os quais destacam-se o da legalidade, o da impessoalidade, o da moralidade, o da igualdade e o da probidade administrativa. Nesse contexto, o Tribunal, ao analisar a conduta do gestor, considera não apenas se o processo licitatório e o contrato dele decorrente atenderam ao interesse público e foram conduzidos com lisura, mas também se foram praticados em conformidade com as disposições da Lei n. 8.666/93.

3 - O ônus da prova em relação à boa e regular aplicação de recursos públicos incumbe a quem os recebe, posto que é inerente à função de administrar coisa alheia o dever de prestar contas (Recurso Ordinário n. 840.145, rel. Conselheira Adriene Andrade, [publicação](#) em 4 de março de 2016). [Inteiro Teor](#).

REPRESENTAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL – IRREGULARIDADES – FALTA DE REALIZAÇÃO DE CERTAME LICITATÓRIO – FRACIONAMENTO DE DESPESAS – PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO – APLICAÇÃO DE MULTA

1 - O Prefeito do Município, como Chefe do Poder Executivo, é o responsável legal pela condução da Administração Pública Municipal e, assim, em princípio, tem o dever de estar sempre atento aos atos praticados por outros agentes públicos, mesmo aqueles a quem delega atribuições, tendo em vista a possibilidade da responsabilidade subjetiva por culpa *in eligendo* e *in vigilando*.

2 - O Administrador Público, ao programar a contratação de compras ou serviços, deve planejar adequadamente o procedimento licitatório, considerando sua disponibilidade orçamentária.

3 - *In casu*, as sucessivas contratações da empresa para a prestação de serviços de publicidade caracterizou fracionamento de despesa, em afronta aos arts. 8º, *caput*, e 23º, §§ 1º e 2º, da Lei de Licitações (Representação n. 850.816. rel. Conselheira Adriene Andrade, [publicação](#) em 3 de março de 2016). [Inteiro Teor](#).

PROCESSUAL

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. RESERVA DE VAGAS PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA EM CONCURSOS PÚBLICOS. DECISÕES DIVERGENTES SOBRE PERCENTUAL DE RESERVA DE VAGAS FIXADO EM LEI. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO CONSUBSTANCIADO NA INEXISTÊNCIA DE PROCESSO PRINCIPAL NO QUAL SE DISCUTA A MATÉRIA CONTROVERTIDA. ARQUIVAMENTO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

É da própria natureza do incidente desenvolver-se no curso de um processo principal que versa sobre um caso concreto, a exemplo do que ocorre no incidente de inconstitucionalidade ou de falsidade, expressamente previstos no Código de Processo Civil atualmente em vigor. O presente processo foi autuado com base em estudo apresentado pela antiga Coordenadoria e Comissão de Jurisprudência e Súmula, não estando vinculado a nenhum processo que versa sobre caso concreto submetido à apreciação desta Corte, estando, assim, ausente um dos pressupostos de constituição do incidente de uniformização de jurisprudência, devendo o processo ser arquivado, sem resolução de mérito, nos termos do art. 176, III, do Regimento

Interno (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 862.652, rel. Conselheiro Cláudio Couto Terrão, [publicação](#) em 4 de março de 2016). [Inteiro Teor](#).

AGRAVO. ADMISSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO. MÉRITO. PEDIDO DE RESCISÃO NÃO RECONHECIDO. NÃO PREENCHIMENTO DE REQUISITO PROCESSUAL. NEGADO PROVIMENTO.

As medidas rescisórias não podem ser consideradas como sucedâneo de recurso, sob pena de soçobrar a própria sistemática processual dos feitos que atualmente tramitam nesta Corte. Em última análise, qualquer divergência interpretativa poderia, em princípio, atrair a incidência do art. 355, I, regimental, o que destoaria do aspecto teleológico da norma. Assim, o referido dispositivo trata de hipótese apta a rescindir acórdão quando este for proferido *contra legem* (Agravo n. 965.731, rel. Conselheiro Wanderley Ávila, [publicação](#) em 4 de março de 2016). [Inteiro Teor](#).

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS REPASSADOS PELA SECRETARIA AO MUNICÍPIO MEDIANTE CONVÊNIO – PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA – POSSIBILIDADE DE TRAMITAÇÃO CONCOMITANTE DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PERANTE O PODER JUDICIÁRIO E TRAMITAÇÃO DESTA PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – PREJUDICIAL DE MÉRITO – RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO – MÉRITO – NÃO COMPROVAÇÃO DA EXECUÇÃO INTEGRAL DO OBJETO DO CONVÊNIO – IRREGULARIDADE DAS CONTAS – DETERMINAÇÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO

1 - A existência de ação judicial não obsta o controle efetivado por esta Corte, uma vez que as competências da Justiça e deste Tribunal não são excludentes, sendo operadas de forma totalmente independentes.

2 - O Tribunal de Contas, cuja competência encontra-se constitucionalmente prevista, utiliza sua estrutura multidisciplinar, analisa a questão relativa à execução dos instrumentos de convênios e suas respectivas prestações de contas não somente sob os aspectos legais e formais, mas também quanto à eficiência, economicidade, oportunidade, legitimidade, razoabilidade e efetividade de aplicação dos recursos públicos disponibilizados.

3 - Em se tratando de convênio cujo objeto prevê a aplicação de recursos públicos, tem o gestor o dever de prestar as contas, estando ele sujeito à jurisdição deste Tribunal de Contas, ao qual compete fiscalizar a aplicação dos recursos, julgar as contas prestadas e, sendo o caso, fixar a responsabilidade de quem tiver dado causa a irregularidade de que se resulte prejuízo ao erário público (Tomada de Contas Especial n. 886.049, rel. Conselheiro Wanderley Ávila, [publicação](#) em 11 de março de 2016). [Inteiro Teor](#).

FINANÇAS PÚBLICAS

PEDIDO DE REEXAME – PREFEITURA MUNICIPAL – PRELIMINAR – ADMISSIBILIDADE – MÉRITO – PROVIMENTO – REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA – EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS – RECOMENDAÇÕES.

1. Além da autorização para suplementação orçamentária prevista no caput do art. 11 da Lei 6.906/04, outra há no art. 12 do referenciado diploma legal para atender a insuficiências de dotações relativas a despesas de pessoal e encargos sociais, ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, além de outras relativas à execução de objetos de convênios.

2. Apesar da suposta infringência à vedação da concessão ou utilização de créditos ilimitados, estabelecida no art. 167, VI, da Constituição da República, tendo em vista a não demarcação de limite de concessão de créditos nos precatórios incisos, em situações análogas, as deliberações deste Tribunal de Contas têm conferido validade a preceitos dessa natureza.

3. Deve o gestor, ao elaborar os projetos de lei orçamentária, fazer constar limites expressos para a abertura de créditos suplementares, de forma a se coadunar com o teor do disposto no

art. 167, VI, da Constituição da República (Pedido de Reexame n. 862.492, rel. Conselheiro Substituto Hamilton Coelho, [publicação](#) em 9 de março de 2016). [Inteiro Teor.](#)

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA MUNICIPAL – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – INEXISTÊNCIA DE ÓRGÃO SUPERIOR DE SUPERVISÃO E DELIBERAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – NÃO APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL PREVISTO EM INSTRUÇÃO NORMATIVA DESTA CORTE – IRREGULARIDADE DAS CONTAS – APLICAÇÃO DE MULTA AOS GESTORES À ÉPOCA.

1) Trata-se de irregularidade a ausência de informações sobre a existência de órgão superior de supervisão e deliberação, visto que, na Resolução do Banco Central – Bacen n. 3.790/09, dispõe-se, no art. 5º, que “a política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior competente, antes de sua implementação”.

2) O § 3º do art. 1º da INTC n. 09/08, dispõe-se que: “As contas anuais dos institutos ou fundos previdenciários, além do relatório e do parecer a que se referem o § 1º, far-se-ão acompanhar de avaliação atuarial, prevista no inciso I do art.1º da Lei Federal 9.717/98 e atualizações, que deverá estar em conformidade com os parâmetros definidos pela Portaria MPAS 4.992/99 e atualizações” (Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal n. 849.838, rel. Conselheiro Substituto Hamilton Coelho, [publicação](#) em 9 de março de 2016). [Inteiro Teor.](#)

PRESTAÇÃO DE CONTAS. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL. IRREGULARIDADES. NÃO APRESENTAÇÃO DO CÁLCULO ATUARIAL. DIVERGÊNCIAS DETECTADAS NAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS AO RPPS. DIVERGÊNCIA ENTRE O VALOR DAS CONTRIBUIÇÕES RECOLHIDAS, INFORMADO PELO EXECUTIVO, E O VALOR DAS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS, INFORMADO PELO RPPS. FALTA DO DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO. FALTA DE REGISTRO DA BASE DE CÁLCULO PARA APURAÇÃO DO PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO. AUSÊNCIA DE REGISTRO NO BALANÇO PATRIMONIAL DA CONTRAPARTIDA DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA CONSIGNADA NA DÍVIDA FUNDADA DO MUNICÍPIO. CONTAS JULGADAS IRREGULARES. APLICAÇÃO DE MULTA À RESPONSÁVEL.

1. A regra relativa ao depósito de disponibilidade de caixa contida no § 3º do art. 164 da Constituição Federal não se aplica aos RPPS's, os quais devem observar as regras definidas pelo Ministério da Previdência Social e pelo Conselho Monetário Nacional, não tendo que se falar em movimentação apenas, ou exclusivamente, em bancos oficiais.

2. A avaliação atuarial decorre de imposição legal, a teor do disposto no art. 1º da Lei n. 9.717/98 e no art. 69 da LRF, que determinam que os RPPSs sejam organizados com base em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, devendo ser observada, dentre outros critérios, a realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço, com a utilização de parâmetros gerais para organização e revisão do plano de custeio e benefícios.

3. É por meio do cálculo atuarial que se dimensionam os compromissos do Plano de Benefícios e estabelece-se o Plano de Custeio para observância dos equilíbrios financeiro e atuarial do RPPS, de forma a preservar a equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações em cada exercício, bem como a equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas a longo prazo, apuradas atuarialmente.

4. A contabilidade tem por finalidade prover os usuários com informações necessárias sobre os aspectos de naturezas econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações, o que compreende os registros, demonstrativos, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios. Nesse sentido, destaca-se o princípio da oportunidade, que se refere ao processo de

mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais, objetivando a produção de informações íntegras e tempestivas, o qual pressupõe a consistência dos lançamentos contábeis (Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal Autarquias n. 834.882, rel. Conselheiro Cláudio Couto Terrão, [publicação](#) em 10 de março de 2016). [Inteiro Teor](#).

PEDIDO DE REEXAME. PREFEITURA MUNICIPAL. PRELIMINAR. ADMISSIBILIDADE. MÉRITO. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA. EMISSÃO DE NOVO PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. O Executivo, ao emitir os decretos para a abertura de créditos adicionais com a fonte de recursos de convênios celebrados com outros órgãos repassadores, acresceu novos valores às despesas do orçamento e indicou recursos específicos para tanto.

2. Cabe ressaltar que é prática comum que os entes beneficiados demonstrem aos órgãos repassadores de recursos de convênios/contratos de repasse/termos de compromisso a prévia existência de créditos orçamentários para acobertar as despesas, ou procedam à abertura de créditos adicionais para tais atos, o que frequentemente resulta em ocorrências relativas à abertura de créditos com tais fontes, sem recursos, quando os valores não são transferidos a eles (Pedido de Reexame n. 932.922, rel. Conselheiro Mauri Torres, [publicação](#) em 10 de março de 2016). [Inteiro Teor](#).

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE E QUANTIFICAÇÃO DO PREJUÍZO CAUSADO AO ERÁRIO QUANTO ÀS POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS REPASSADOS A MUNICÍPIO MEDIANTE CONVÊNIO – MOVIMENTAÇÃO DO RECURSO EM ESPÉCIE – AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O RECURSO RECEBIDO E AS DESPESAS REALIZADAS – PERDA DOS SERVIÇOS REALIZADOS – NÃO CONSECUÇÃO DO OBJETO E DA FINALIDADE PRETENDIDOS PELO CONVÊNIO – IRREGULARIDADE DAS CONTAS – DETERMINAÇÃO DE RESSARCIMENTO AOS COFRES ESTADUAL E MUNICIPAL.

1 - Constatou-se que as contas ora analisadas não possuem a identificação do nexo entre as despesas realizadas, o recurso recebido e o objeto pactuado, o que impede a sua reprovação e a responsabilização do gestor.

2 - Para a comprovação da regularidade da execução dos convênios não basta indicar obras semelhantes às previstas nos ajustes. Deve-se comprovar, também, o nexo de causalidade entre os valores repassados e as obras pretensamente realizadas. Em outras palavras, é imprescindível a demonstração de que os serviços foram efetivamente executados mediante a utilização dos recursos federais transferidos (Tomada de Contas Especial n. 911.592, rel. Conselheiro Mauri Torres, [publicação](#) em 10 de março de 2016). [Inteiro Teor](#).

LICITAÇÃO

DENÚNCIA. LICITAÇÃO. POLÍCIA MILITAR. EXIGÊNCIA DE PEÇAS OU ACESSÓRIOS GENUÍNOS. REGULARIDADE. RECOMENDAÇÃO.

1. Considerando que, *in casu*, as tabelas de preço dos fabricantes servem de parâmetro para análise das propostas, a Administração Pública não poderia admitir a oferta de produtos não genuínos, cujas especificações podem não corresponder às das montadoras de veículos, sob pena de ofensa aos princípios que regem as licitações, em especial ao princípio da isonomia.

2. A Administração Pública, para exigir que os produtos ofertados pelos licitantes tenham uma característica específica, deve apresentar suas justificativas para tal opção no ato convocatório, sob pena dessa cláusula ser considerada ilegal, por restringir a ampla participação no certame e violar o princípio da isonomia (Denúncia n. 886.538, rel. Conselheira Adriene Andrade, [publicação](#) em 3 de março de 2016). [Inteiro Teor](#).

DENÚNCIA. AQUISIÇÃO DE PNEUS. IRREGULARIDADES. EXIGÊNCIA DE PRODUTOS DE FABRICAÇÃO NACIONAL. NÃO UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. AUSÊNCIA

DO TERMO DE REFERÊNCIA. EXIGÊNCIA DE PRODUTOS DE PRIMEIRA LINHA E/OU DE BOA QUALIDADE. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.

1. A exigência de que os produtos licitados sejam de fabricação nacional fere o princípio da isonomia inserido no art. 37, XXI, da Constituição da República e no art. 3º da Lei n. 8.663/93, que constitui um dos pilares do procedimento licitatório, na medida em que resguarda a igualdade de direito de todos os participantes, possibilitando à Administração escolher a proposta mais adequada ao interesse público.
2. A exigência de que os produtos sejam de "primeira linha" e/ou de "boa qualidade" viola o princípio do julgamento objetivo.
3. É imprescindível que a Administração, ainda na fase interna, avalie as características da demanda que necessita suprir, a fim de que o edital contenha cronograma da periodicidade das entregas e quantidade de material a ser fornecido. Quando isso não for possível, deve-se adotar o sistema de registro de preços previsto no art. 15, II, da Lei nº 8.666/93.
4. O Termo de Referência é o documento prévio ao procedimento licitatório, que serve de base para a elaboração do edital e, a exemplo do projeto básico, deve conter os elementos capazes de possibilitar a avaliação dos custos pela Administração, mediante orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato (Denúncia n. 876.247, rel. Conselheira Adriene Andrade, [publicação](#) em 3 de março de 2016). [Inteiro teor](#).

AGRAVO – EDITAL DE CONCORRÊNCIA – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE VELOCIDADE E DE TRÂNSITO – PRELIMINAR DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL – PREÇOS FORA DOS LIMITES DA RAZOABILIDADE – APLICAÇÃO DE TAXA DE BDI – EXCESSOS E INCOERÊNCIAS NAS EXIGÊNCIAS DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO – DIFERENÇA DE LIMITES ENTRE EQUIPAMENTOS SEMELHANTES – NÃO PROVIMENTO DO AGRAVO

- 1) Admite-se o recurso, por ser próprio, tempestivo.
- 2) A determinação para que o DEOP retirasse a Taxa de Administração (5%) do BDI, é também aplicável ao DER, no momento em que esta Autarquia pratica a inclusão da Taxa de Gerenciamento (5%) dentro do BDI. A Taxa de Administração, Gerenciamento, ou qualquer outra denominação que venha a receber, pode ser aplicada sobre o valor do contrato, mas não pode estar inclusa no BDI. Assim, a retirada da Taxa de Gerenciamento de dentro do BDI poderá trazer economia aos cofres públicos.
- 3) Considerando que as velocidades mínima e máxima comuns aos dois intervalos utilizados como critérios, são, respectivamente, 10 km/h e 220 km/h, este intervalo de velocidade deve ser adotado tanto para o item 16.1.2.9 como para o item 13.2.9, retirando-se, assim, do edital, qualquer exigência de caráter restritivo, que poderia vir a prejudicar os licitantes que não possuem equipamentos que capturem/registrem veículos trafegando com velocidade abaixo de 10 km/h ou acima de 220 km/h.
- 4) Nega-se provimento ao agravo (Agravo n. 965.755, rel. Conselheiro Wanderley Ávila, [publicação](#) em 4 de março de 2016). [Inteiro Teor](#).

DENÚNCIA. LICITAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA. AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO À AMPLA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO.

É possível a pontuação atribuída à comprovação de tempo de experiência da licitante na prestação de serviços de informática, pois o que se veda "é a exigência de comprovação com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos", nos termos do art. 30, § 5º, da Lei n. 8.666/93 (Denúncia n. 886.463, rel. Conselheira Adriene Andrade, [publicação](#) em 9 de março de 2016). [Inteiro Teor](#).

PESSOAL

REPRESENTAÇÃO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE GUARDA MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DE URGÊNCIA E EXCEPCIONALIDADE. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS. RECONHECIMENTO. DETERMINAÇÕES AO ATUAL GESTOR.

1. A contratação temporária de pessoal autorizada no art. 37, IX, da Constituição da República pode abranger não apenas as situações em que a necessidade da atividade é temporária, mas também as situações em que a necessidade da atividade é permanente e deve ser atendida de imediato, não havendo tempo hábil para a realização de concurso público. Destaca-se que, nessa segunda hipótese, o Tribunal admite a contratação temporária somente no período necessário para o desenvolvimento e o encerramento do concurso público e desde que o gestor comprove a situação de excepcional interesse público, ou seja, que o atendimento das demandas da coletividade ficará prejudicado se a administração pública aguardar o desfecho do concurso público.

2. *In casu*, as contratações prolongaram-se por tempo mais que suficiente para o responsável organizar o concurso público e, por esse motivo, infringiram o art. 37, II e IX, da Constituição da República.

3. O gestor deve, necessariamente, observar as normas gerais da Lei n. 13.022/2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, na regulamentação da guarda municipal (Representação n. 886.131, rel. Conselheira Adriene Andrade, [publicação](#) em 3 de março de 2016). [Inteiro Teor](#).

PENSÃO – DETERMINAÇÃO DO REGISTRO DO ATO – REITERADO DESCUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA ORDENADA POR ESTE TRIBUNAL – APLICAÇÃO DE MULTA AO RESPONSÁVEL 1 - A pensão em exame encontra-se apta a receber o registro de que cuida o art. 71, III, da Constituição da República, norma reproduzida na Carta Política mineira, em seu art. 76, VI. 2 – Aplica-se multa ao responsável diante da inércia do órgão concedente em promover o ajuste da data de nascimento do gerador e de corrigir a fundamentação da delegação de competência no FISCAP, a despeito de haver sido intimado em três oportunidades (Pensão n. 866.694. rel. Conselheiro Substituto Hamilton Coelho, [publicação](#) em 8 de março de 2016). [Inteiro Teor](#).

Outros Órgãos

Nomeação de servidor e nepotismo - 2 (STF)

“Em conclusão de julgamento, a Segunda Turma, por maioria, reputou improcedente pedido formulado em reclamação na qual se discutia a prática de nepotismo em face de nomeação de servidor público. No caso, servidor público teria sido nomeado para ocupar o cargo de assessor de controle externo de tribunal de contas de Município. Nesse mesmo órgão, seu tio, parente em linha colateral de 3º grau, já exerceria o cargo de assessor-chefe de gabinete de determinado conselheiro — v. Informativo 796. A Turma observou que não haveria nos autos elementos objetivos a configurar o nepotismo, uma vez que a incompatibilidade dessa prática com o art. 37, “caput”, da CF não decorreria diretamente da existência de relação de parentesco entre pessoa designada e agente político ou servidor público, mas da presunção de que a escolha para ocupar cargo de direção, chefia ou assessoramento fosse direcionada a pessoa com relação de parentesco com alguém com potencial de interferir no processo de seleção. Assim, em alguma medida, violaria o princípio da impessoalidade — princípio que se pretendia conferir efetividade com a edição do Enunciado 13 da Súmula Vinculante — vedar o acesso de qualquer cidadão a cargo público somente em razão da existência de relação de parentesco com servidor que não tivesse competência para selecioná-lo ou nomeá-lo para o

cargo de chefia, direção ou assessoramento pleiteado, ou que não exercesse ascendência hierárquica sobre aquele que possuísse essa competência. Ressaltou que, na espécie, não haveria qualquer alegação de designações recíprocas mediante ajuste. Além disso, seria incontroversa a ausência de relação de parentesco entre a autoridade nomeante — conselheiro do tribunal de contas — e a pessoa designada. Ademais, ao se analisar a estrutura administrativa da Corte de Contas não se verificara a existência de hierarquia entre os cargos de chefe de gabinete da presidência e de assessor de controle externo. Vencido o Ministro Gilmar Mendes (relator). Rcl 18564/SP, rel. orig. Min. Gilmar Mendes, red. p/ o acórdão Min. Dias Toffoli, 23.2.2016. (Rcl-18564)". [Informativo n. 815](#).

TCU: repactuação de termos contratados, limites de atuação e via processual adequada – 5 (STF)

"Por demandar análise pericial e verificação de preços, dados e tabelas, o mandado de segurança não é a via adequada para aferir critérios utilizados pelo TCU e que culminaram por condenar solidariamente a impetrante à devolução de valores ao erário, em razão de superfaturamento de preços constatado em aditamentos contratuais por ela celebrados com a Administração Pública. Com base nessa orientação, a Primeira Turma, por maioria, denegou a segurança, revogou a liminar anteriormente deferida e julgou prejudicado o agravo regimental interposto. Na espécie, a impetrante intentara anular decisão do TCU que a condenara, solidariamente, à devolução de montante ao tesouro público, apurados a título de sobrepreço. Segundo aquela Corte de Contas, teria havido superfaturamento de preços, constatado em aditamentos contratuais celebrados entre o departamento de estradas e rodagens de determinado estado-membro e a impetrante (construtora). Os referidos contratos destinavam-se a obras em rodovia que tiveram o aporte de recursos federais oriundos de convênios firmados com o extinto DNER. Com o intuito de cumprir determinação do TCU, o ente federado tentara repactuar os termos do contrato, o que não fora aceito. Diante da negativa da empresa contratada, o estado teria rescindido o instrumento contratual e seus aditivos, com base no art. 78, VII, da Lei 8.666/1993. Esse fato dera origem à tomada de contas especial, perante o TCU, objeto da presente impetração — v. Informativo 705. Para a Turma, ao assinar prazo àquele departamento para garantir o exato cumprimento da lei, o TCU teria agido dentro das normas constitucionais e legais. Destacou que o Plenário do STF, no julgamento do MS 30.788/MG (DJe de 4.8.2015), ao apreciar a delimitação da competência do TCU para imposição de ônus ao particular, teria decidido pela constitucionalidade do art. 46 da Lei 8.443/1992. Tal preceito "instituiu sanção de inidoneidade a particulares por fraude a licitação, aplicável pelo TCU". Reafirmou que, não obstante a inadequação da via processual do mandado de segurança, a matéria seria passível de impugnação judicial autônoma ou mesmo por embargos, na hipótese de se instaurar a execução. Vencido o Ministro Marco Aurélio, que concedia a ordem, ante as peculiaridades do caso. Entendia que a situação concreta se distanciava do precedente citado, porque teria havido licitação e, em razão de sucessivos planos econômicos, a obra permanecera parada. Assentava que o TCU não poderia impor ônus a particular, muito menos mediante pronunciamento que teria contornos de título executivo judicial. MS 29599/DF, rel. Min. Dias Toffoli, 1º.3.2016. (MS-29599)". [Informativo n. 816](#).

Inadmissibilidade de acumulação de cargos públicos cujas jornadas somem mais de sessenta horas semanais (STJ)

"É vedada a acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico quando a jornada de trabalho semanal ultrapassar o limite máximo de sessenta horas semanais. A Primeira Seção do STJ reconheceu a impossibilidade de cumulação de cargos de profissionais da área de saúde quando a jornada de trabalho superar sessenta horas semanais. Isso porque, apesar de a CF permitir a acumulação de dois cargos públicos privativos de profissionais de

saúde, deve haver, além da compatibilidade de horários, observância ao princípio constitucional da eficiência, o que significa que o servidor deve gozar de boas condições físicas e mentais para exercer suas atribuições (MS 19.300-DF, DJe 18/12/2014). Nessa ordem de ideias, não é possível a acumulação de dois cargos públicos quando a jornada de trabalho semanal ultrapassar o limite máximo de sessenta horas. REsp 1.565.429-SE, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 24/11/2015, DJe 4/2/2016". [Informativo n. 576](#).

Posse em cargo público por menor de idade. (STJ)

"Ainda que o requisito da idade mínima de 18 anos conste em lei e no edital de concurso público, é possível que o candidato menor de idade aprovado no concurso tome posse no cargo de auxiliar de biblioteca no caso em que ele, possuindo 17 anos e 10 meses na data da sua posse, já havia sido emancipado voluntariamente por seus pais há 4 meses. De fato, o STF consolidou sua jurisprudência quanto à constitucionalidade de limites etários na Súmula n. 683, segundo a qual "O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido". No caso em análise, o requisito da idade mínima de 18 anos deve ser flexibilizado pela natureza das atribuições do cargo de auxiliar de biblioteca, tendo em vista que a atividade desse cargo é plenamente compatível com a idade de 17 anos e 10 meses do candidato que já havia sido emancipado voluntariamente por seus pais há 4 meses. Além disso, o art. 5º, parágrafo único, do CC, ao dispor sobre as hipóteses de cessação da incapacidade para os menores de 18 anos - entre elas, a emancipação voluntária concedida pelos pais (caso em análise) e o exercício de emprego público efetivo -, permite o acesso do menor de 18 anos ao emprego público efetivo. REsp 1.462.659-RS, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 1º/12/2015, DJe 4/2/2016". [Informativo n. 576](#).

Monitoramento de e-mail corporativo de servidor público. (STJ)

"As informações obtidas por monitoramento de e-mail corporativo de servidor público não configuram prova ilícita quando atinentes a aspectos não pessoais e de interesse da Administração Pública e da própria coletividade, sobretudo quando exista, nas disposições normativas acerca do seu uso, expressa menção da sua destinação somente para assuntos e matérias afetas ao serviço, bem como advertência sobre monitoramento e acesso ao conteúdo das comunicações dos usuários para cumprir disposições legais ou instruir procedimento administrativo. No que diz respeito à quebra do sigilo das comunicações telemáticas, salienta-se que os dados são objeto de proteção jurídica. A quebra do sigilo de dados telemáticos é vista como medida extrema, pois restritiva de direitos consagrados no art. 5º, X e XII, da CF e nos arts. 11 e 21 do CC. Não obstante, a intimidade e a privacidade das pessoas, protegidas no que diz respeito aos dados já transmitidos, não constituem direitos absolutos, podendo sofrer restrições, assim como quaisquer outros direitos fundamentais, os quais, embora formalmente ilimitados - isto é, desprovidos de reserva -, podem ser restringidos caso isso se revele imprescindível à garantia de outros direitos constitucionais. No caso, não há de se falar em indevida violação de dados telemáticos, tendo em vista o uso de e-mail corporativo para cometimento de ilícitos. A reserva da intimidade, no âmbito laboral, público ou privado, limita-se às informações familiares, da vida privada, política, religiosa e sindical, não servindo para acobertar ilícitos. Ressalte-se que, no âmbito do TST, a temática já foi inúmeras vezes enfrentada (TST, RR 613/2000-013-10-0, DJe 10/6/2005). RMS 48.665-SP, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 15/9/2015, DJe 5/2/2016". [Informativo n. 576](#).

Jurisprudência selecionada (TCU)

Finanças Públicas. Renúncia de receita. Medidas de compensação. Tributo. Princípio da

anterioridade nonagesimal.

A exigência de implementação de medidas de compensação para concessão ou ampliação de renúncias de receitas (art. 14, inciso II e § 2º, da LC 101/00 - LRF) considera-se cumprida a partir da elevação de alíquotas de tributos, na data de publicação da lei ou do decreto, ou da conversão da medida provisória em lei, ainda que tais tributos devam obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal, desde que o ato normativo que promova a elevação de alíquota se mantenha eficaz ao longo de todo o exercício financeiro e que o valor a ser arrecadado após a noventena, dentro do mesmo exercício, seja suficiente para neutralizar o impacto orçamentário-financeiro da renúncia naquele exercício. [Boletim de jurisprudência n. 114.](#)

Finanças Públicas. Renúncia de receita. LOA. LDO. Meta fiscal.

Para os exercícios financeiros seguintes ao da concessão ou ampliação da renúncia de receita, o mecanismo previsto no art. 14, inciso I, da LC 101/00 (LRF) exige que a renúncia seja considerada nas estimativas de receita das respectivas leis orçamentárias, na forma do art. 12 da Lei, de modo a não afetar as metas fiscais estabelecidas nas respectivas leis de diretrizes orçamentárias. [Boletim de jurisprudência n. 114.](#)

Licitação. Julgamento das propostas. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Orçamento estimativo. Preço máximo.

A classificação de proposta com preço superior ao limite admitido no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não descaracterizando tal ilegalidade a alegação de urgência na contratação. [Boletim de jurisprudência n. 113.](#)

Licitação. Em contratos executados mediante o regime de empreitada por preço global, excepcionalmente podem ser ajustados termos aditivos nos casos em que, por erro da Administração, houver subestimativas ou superestimativas relevantes nos quantitativos do orçamento-base da licitação, desde que observados os critérios definidos no Acórdão 1977/2013 Plenário. [Informativo de licitações e contratos n. 274.](#)

Licitação. Propostas técnicas em desacordo com o projeto básico anexo ao edital deverão ser desclassificadas, exceto se contiverem erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, os quais poderão ser saneados pela própria comissão de licitação (art. 43, inciso IV e § 3º, e art. 48, inciso I, da Lei 8.666/93). [Informativo de licitações e contratos n. 274.](#)

Pessoal. Ressarcimento administrativo. Princípio da boa-fé. Marco temporal. Determinação do TCU. Descumprimento.

A partir do momento em que o órgão competente toma conhecimento da decisão do TCU pela ilegalidade do ato concessório, não mais se considera a boa-fé na percepção da vantagem remuneratória tida por irregular, o que requer a devolução dos valores que continuarem sendo pagos indevidamente. [Boletim de jurisprudência n. 113.](#)

Pessoal. Ato sujeito a registro. Princípio da segurança jurídica. Requisito. Ato ilegal.

A aplicação do princípio da segurança jurídica, para fins de manutenção excepcional dos efeitos financeiros de atos de concessão com ilegalidade, deve cingir-se àquelas hipóteses em que for irreversível a situação fática do interessado ou insuportável o prejuízo a ele causado, relacionadas em regra: i) à impossibilidade de reversão do servidor à atividade para complementar tempo de serviço considerado ilegal; ii) à supressão dos meios de subsistência condigna; iii) ao estado de saúde do beneficiário; ou iv) à absoluta impossibilidade de preenchimento de algum requisito legal. [Boletim de pessoal n. 31.](#)

Pessoal. Tempo de serviço. Certidão pública. Requisito. Regime estatutário. Regime celetista. Certidões emitidas por entes de direito público interno são aptas a comprovar tempo de serviço

estatutário, quando não demonstrados os respectivos recolhimentos previdenciários, desde que haja especificação dos atos ou das portarias de provimento e de vacância, com suas respectivas publicações, bem como o regime jurídico a que o servidor foi submetido, se estatutário ou celetista. Em se tratando de regime celetista, o documento hábil para a averbação do tempo de serviço é a certidão expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). [Boletim de pessoal n. 31](#).

Direito Processual. Princípio da ampla defesa. Auditoria. Natureza jurídica.

A fase do contraditório somente se inicia depois do término da auditoria ou com a conversão desta em tomada de contas especial, com as audiências e citações. A etapa de execução da auditoria é de caráter inquisitorial, destinada à coleta de provas. [Boletim de jurisprudência n. 114](#).

Responsabilidade. Convênio. Conveniente. Execução física. Defeito construtivo.

Ainda que o prefeito tenha assinado o relatório de cumprimento do objeto e o termo de aceitação definitiva da obra, é indevida sua responsabilização por prejuízo decorrente de falhas de construção de origem eminentemente técnicas e de difícil percepção para um leigo, caso os serviços tenham sido atestados por servidores técnicos e não haja elementos que fundamentem *culpa in eligendo*. [Boletim de jurisprudência n. 113](#).

Responsabilidade. Irregularidade. Supervisão. Culpa *in eligendo*. Requisito.

Não se pode imputar culpa *in eligendo* se ausentes elementos que permitam concluir que, à época da indicação, as pessoas escolhidas não detinham capacidade para o exercício de seu mister, ou que o gestor tivesse conhecimento de fatos desabonadores de suas condutas. [Boletim de jurisprudência n. 113](#).

[Cadastre aqui](#) seu e-mail para receber o informativo de jurisprudência do TCEMG.

[Clique aqui](#) para acessar as edições anteriores.

Contate-nos em informativo@tce.mg.gov.br.

Secretaria Geral da Presidência
Assessoria de Súmula, Jurisprudência e Consultas Técnicas

**Assessoria de Súmula, Jurisprudência e Consultas Técnicas
Belo Horizonte | 15 a 28 de março de 2016 | n. 140**

O Informativo de Jurisprudência do TCEMG consiste em resumos elaborados a partir de notas tomadas nas sessões de julgamento das Câmaras e do Tribunal Pleno, mas não se trata de repositório oficial de jurisprudência. Contém, ainda, seleção de ementas publicadas no Diário Oficial de Contas – DOC – e matérias selecionadas oriundas do STF, do STJ, do TCU e do TJMG.

SUMÁRIO

Tribunal Pleno

1) Receitas advindas da contribuição de iluminação pública e da contribuição previdenciária na base de cálculo para o cômputo do repasse ao Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da CR

Primeira Câmara

2) A taxa de administração no regime próprio de previdência social

Clipping do DOC

Outros Órgãos

3) Direito Administrativo. Princípio da intranscendência das sanções e entidade integrante de consórcio público com pendência no CAUC. (STJ)

4) Jurisprudência selecionada (TCU)

5) Inconstitucionalidade de dispositivo de lei municipal, alterado por emenda parlamentar, que cria despesa ao erário com o funcionalismo público, por incorrer em vício de iniciativa e afrontar o princípio da separação dos Poderes. (TJMG)

6) Não há vício de iniciativa em Lei Municipal, de autoria parlamentar, que autoriza adoção de medidas para evitar desperdício de água em caso de risco de desabastecimento. (TJMG)

Tribunal Pleno

Receitas advindas da contribuição de iluminação pública e da contribuição previdenciária na base de cálculo para o cômputo do repasse ao Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da CR

Consulta em que Chefe de Executivo Municipal inquiriu se a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (COSIP), prevista no art. 149-A da Constituição da República (CR), deveria ser incluída na base de cálculo para o cômputo do repasse ao Poder Legislativo, delineado no art. 29-A da CR. O Conselheiro Gilberto Diniz, relator, admitiu a Consulta e realizou retrospecto das respostas do TCEMG sobre o tema, em processos de Consulta. Citou as Consultas n. [687.868](#) (sessão de 22/9/2004), [695.112](#) (25/5/2005), [701.757](#) (28/9/2005), [717.971](#) (22/11/2006), [710.927](#) (31/1/2007), [725.544](#) (9/5/2007), [727.098](#) (9/5/2007),

718.646 (18/7/2007), 735.841 (22/8/2007) e 717.701 (16/12/2009), nas quais se assentou que a COSIP não integra a base de cálculo do duodécimo a ser repassado ao Legislativo Municipal. Em sentido oposto, mencionou as Consultas n. 687.891 (8/6/2005) e 838.450 (15/5/2013), na quais se consignou que a COSIP deve ser considerada na base de cálculo do repasse financeiro devido ao Poder Legislativo. O Conselheiro relator discorreu sobre o art. 29-A da CR, defendeu a interpretação da expressão “receita tributária” sob o prisma do direito financeiro e asseverou, com fulcro no art. 2º, IV, da Lei Complementar n. 101/2000, e no art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei n. 4.320/1964, coexistirem dois grupos distintos de receitas correntes, as *receitas tributárias*, que englobam os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria, e as *receitas de contribuição*, as quais abrangem a COSIP, a contribuição previdenciária e as demais contribuições, com exceção das contribuições de melhoria. Nesse viés, aduziu que a *receita de contribuição* oriunda da COSIP não compõe a base de cálculo do duodécimo repassado ao Legislativo, já que o art. 29-A da CR se restringe às *receitas tributárias* e às “transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159”. Definiu, ainda, a natureza jurídica da COSIP como tributo de arrecadação vinculada e ponderou que o repasse do duodécimo ao Poder Legislativo abrange, apenas, os tributos não vinculados (impostos), para os quais inexistente determinação constitucional de vinculação dos recursos arrecadados a órgão, fundo ou despesa. O Conselheiro relator afirmou, por fim, que a contribuição previdenciária, constante no art. 149, § 1º, da CR, não compõe a base de cálculo do duodécimo repassado ao Poder Legislativo, pelos mesmos fundamentos da COSIP. Impende ressaltar que o parecer do Conselheiro relator foi exarado em 15 de maio de 2015 e vai ao encontro do entendimento do TCEMG sobre a matéria, consubstanciado na Consulta n. 932.439 (3/2/2016) e noticiado no Informativo de Jurisprudência TCEMG n. 137, no sentido de que a contribuição previdenciária e a COSIP não integram a base de cálculo do repasse financeiro devido ao Poder Legislativo. Em voto-vista, o Conselheiro José Alves Viana acompanhou, na integralidade, o parecer exarado pelo Conselheiro Gilberto Diniz e afirmou que a expressão “receita tributária” deve compreender as receitas que, de fato, estão à disposição do Poder Executivo. O Conselheiro Cláudio Couto Terrão pediu vista dos autos e reiterou o posicionamento que adotou na Consulta n. 932.439 (3/2/2016) – Informativo de Jurisprudência TCEMG n. 137. Acompanhou a conclusão do parecer emitido pelo Conselheiro relator no tocante à contribuição previdenciária, a qual não compõe a base de cálculo do duodécimo repassado ao Poder Legislativo. Abriu divergência parcial, no entanto, quanto à COSIP, por entender que deve ser incluída no conceito de “receita tributária” a que se refere o art. 29-A da CR, dispositivo esse que deve ser interpretado à luz das regras e princípios constitucionais que o influenciam, e, não, com base em legislação infraconstitucional. Acrescentou que muitas das normas da Lei n. 4.320/1964 não foram recepcionadas pela CR. Citou, por fim, o julgamento do Recurso Extraordinário n. 560.626/RS, feito pelo Supremo Tribunal Federal, no qual se assentou que as contribuições têm natureza tributária e se submetem ao regime tributário previsto na CR. A Conselheira Adriene Andrade e o Conselheiro Sebastião Helvecio acompanharam o voto do Conselheiro Cláudio Couto Terrão. Aprovado o voto do Conselheiro relator, vencidos em parte os Conselheiros Cláudio Couto Terrão, Sebastião Helvecio e Adriene Andrade (Consulta n. 896.391, rel. Conselheiro Gilberto Diniz, 16 de março de 2016).

Primeira Câmara

A taxa de administração em regime próprio de previdência social

Prestação de Contas de instituto de previdência dos servidores públicos de Município. Diante da manifestação da Unidade Técnica do TCEMG e do *Parquet* pela irregularidade das contas, o Conselheiro Mauri Torres, relator, analisou os itens que ensejaram tal posicionamento,

observados o contraditório e a ampla defesa. Destacou a questão do limite da taxa de administração para cobertura de despesas do regime próprio de previdência social (RPPS), no importe de 2% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados, conforme dispõe o art. 6º, VIII, da Lei n. 9.717/1998, cumulada com o art. 15 da Portaria MPS n. 402/2008. Atestou que, no caso em análise, as despesas administrativas realizadas no exercício financeiro representaram 4,22% do montante das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, de forma a ultrapassar em 2,22% o limite legal da taxa de administração. Asseverou que a extrapolação do limite máximo permitido para realização de despesas administrativas caracteriza uso indevido de recursos previdenciários e enseja ressarcimento ao RPPS, a ser feito pelo Município, do montante excedente, com vistas a garantir o pagamento dos benefícios. Assinalou, ainda, que o dirigente da entidade é reincidente na conduta de inobservância do limite da taxa de administração. Nesse diapasão, julgou irregulares, sob o aspecto formal, as contas do instituto de previdência, aplicou multa ao dirigente pela utilização indevida de recursos previdenciários na realização de despesas correntes e de capitais – taxa de administração – e recomendou, por fim, a adoção de procedimentos para o respectivo ressarcimento do valor auferido. Aprovado o voto do Conselheiro relator, por unanimidade (Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal n. 873.696, rel. Conselheiro Mauri Torres, 15 de março de 2016).

Clipping do DOC

FINANÇAS PÚBLICAS

PEDIDO DE REEXAME. PREFEITURA MUNICIPAL. PRELIMINAR. ADMISSIBILIDADE. REJEIÇÃO DA PREJUDICIAL DE MÉRITO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. MANUTENÇÃO DO PARECER PRÉVIO PELA REJEIÇÃO DAS CONTAS.

1. Os recursos financeiros, cujo fato gerador tenha ocorrido no exercício anterior ao da sua arrecadação, não podem ser utilizados para abertura de créditos adicionais naquele exercício, pois tal procedimento ofende o disposto no art. 35 da Lei n. 4.320/64.

2. A abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis contraria o art. 43 da Lei n. 4.320/64 e o inciso V do art. 167 da Constituição Federal (Pedido de Reexame n. 942.103, rel. Conselheiro em Substituição Licurgo Mourão, [publicação](#) em 15 de março de 2016). [Inteiro Teor](#).

PRESTAÇÃO DE CONTAS. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SERVIDORES MUNICIPAIS. PREJUDICIAL DE MÉRITO. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. MÉRITO. IRREGULARIDADES. DIFERENÇAS ENTRE OS VALORES INFORMADOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RECOLHIDAS PELO EXECUTIVO E OS VALORES DAS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS PELO RPPS, BEM COMO ENTRE OS VALORES DEVIDOS PELO EXECUTIVO E OS A RECEBER PELA ENTIDADE. DIFERENÇAS QUANTO AO SALDO DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA RENEGOCIADA, CONTABILIZADA PELO RPPS E PELO MUNICÍPIO. FALTA DE APRESENTAÇÃO DO CÁLCULO ATUARIAL E AUSÊNCIA DE REGISTRO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO VALOR APURADO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS. APLICAÇÃO DE MULTA AO RESPONSÁVEL. DETERMINAÇÃO À UNIDADE TÉCNICA.

1. Os valores dos repasses informados não condizem com valores registrados no Anexo IX do SIACE/PCA. Ademais, tanto o valor total das contribuições previdenciárias informadas como repassadas pelo Executivo, quanto o valor das recebidas, informadas pelo RPPS, divergem dos valores registrados no Balanço Financeiro e no Comparativo da Receita, gerando, também, a inconsistência dos saldos finais das contribuições devidas pelo Executivo e as a receber pelo RPPS, mantendo-se a irregularidade.

2. Salienta-se a importância da contabilização da Provisão Matemática Previdenciária, também conhecida como Passivo Atuarial, por representar o registro dos valores provisionados pelos RPPS para fazer face à totalidade dos compromissos futuros para com seus filiados e dependentes, bem como o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente.

3. As contas que compõem o resultado da "Provisão Matemática Previdenciária" serão registradas no Passivo Exigível a Longo Prazo, no grupo de contas denominado Provisões Matemáticas Previdenciárias, observado o detalhamento estabelecido no Plano de Contas aplicável aos RPPS.

4. A falta do registro contábil da Provisão Matemática constitui falha grave por impossibilitar a evidenciação de todas as operações da entidade e o conhecimento de sua real situação atuarial, em afronta às disposições contidas na Lei n. 9.717/98 e na Portaria n. 402/08 do Ministério de Previdência Social, notadamente o disposto no art. 16, II, que determina aos RPPSs a contabilização de todas as operações que envolvam direta ou indiretamente a responsabilidade das referidas entidades e promovam alterações em seu patrimônio, além de ofender, também, os princípios contábeis preconizados na Lei n. 4.320/64 (Prestação de Contas de Instituto de Previdência de Servidores Municipais n. 835.267, rel. Conselheiro Cláudio Couto Terrão, [publicação](#) em 17 de março de 2016). [Inteiro Teor](#).

LICITAÇÃO

DENÚNCIA – PREGÃO PRESENCIAL – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – RECOMENDAÇÕES – ARQUIVAMENTO.

1 - Quando a Administração fixa prazo para entrega de amostras, diversas situações podem ocorrer, sendo razoável que o pregoeiro possa decidir sobre eventual prorrogação, desde que o licitante interessado apresente uma justificativa aceitável, antes do vencimento do prazo que deseja prorrogar.

2 - Admitir que o edital preveja a solicitação de amostras pelo pregoeiro nos casos em que parem dúvidas não compromete, por si só, os princípios da isonomia e do julgamento objetivo. Por outro lado, também não significa isentar o pregoeiro de conduta que vá de encontro a esses princípios, ficando resguardada ao controle externo a análise dos atos praticados pelo pregoeiro na fase externa da licitação.

3 - Ao órgão promotor da licitação cabe a decisão acerca da participação de empresas em consórcio, pois esse é um juízo de oportunidade e conveniência que se encontra em sua margem de discricionariedade, nos termos do art. 33 da Lei n. 8.666/93, no qual são estabelecidas as normas que devem ser observadas quando da participação de empresas em consórcio (Denúncia n. 862.946, rel. Conselheira Adriene Andrade, [publicação](#) em 17 de março de 2016). [Inteiro Teor](#).

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LEILÃO PARA ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS. INOBSERVÂNCIA DE PRECEITOS CONSTITUCIONAIS E À LEI DE LICITAÇÃO. FORMA DE REMUNERAÇÃO DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E A LEI N. 8.666.93. OPÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DO LEILOEIRO OFICIAL. INEXIGIBILIDADE DA LICITAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DE BOA-FÉ. AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO. ADJUDICAÇÃO COM NATUREZA CONSTITUTIVA. INAPLICABILIDADE DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. RECOMENDAÇÕES. PROCEDÊNCIA

1. As contratações realizadas pela Administração Pública devem considerar os princípios constitucionais e a Lei n. 8.666/93, e, apesar do Decreto n. 21.891/32 continuar regulamentando a profissão de Leiloeiro Oficial, a sua contratação pela Administração Pública exige, a princípio, a prévia licitação nos *moldes* da determinação constitucional e legal em respeito aos princípios basilares que regem a própria Administração Pública insculpidos na

Constituição da República de 1988, e na Lei de Licitações, Lei n.8.666/32, e seus regulamentos posteriores, para que a efetivação de suas contratações respeitem a isonomia, a ampla competitividade e a proposta mais vantajosa.

2. Considerando que a profissão de leiloeiro oficial é uma atividade econômica, ela está sujeita às leis de mercado na fixação do valor a ser pago, e desta forma deve-se realizar ampla pesquisa no mercado para verificar como os leiloeiros oficiais estão sendo remunerados pelos serviços prestados.

3. A forma de remuneração deverá estar devidamente motivada nos autos do processo, de forma que fique evidenciado se a escolhida é a mais eficaz, econômica e pertinente aos critérios remuneratórios praticados pelo mercado e se é a proposta mais vantajosa aos interesses da Administração (Denúncia n. 932.794, rel. Conselheira Adriene Andrade, [publicação](#) em 17 de março de 2016). [Inteiro Teor](#).

Outros Órgãos

Direito Administrativo. Princípio da intranscendência das sanções e entidade integrante de consórcio público com pendência no CAUC. (STJ)

“O fato de ente integrante de consórcio público possuir pendência no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) não impede que o consórcio faça *jus*, após a celebração de convênio, à transferência voluntária a que se refere o art. 25 da LC n. 101/2000. Nos moldes da Lei n. 11.107/2005, é possível conceituar consórcio público como o contrato administrativo multilateral, firmado entre entidades federativas, para persecução de objetivos comuns, resultando na criação de uma nova pessoa jurídica. A grande novidade dos consórcios públicos regidos por essa lei é que, atualmente, a celebração do contrato resulta na instituição de uma nova pessoa jurídica, com personalidade distinta da personalidade das entidades consorciadas (art. 1º, § 1º, da Lei n. 11.107/2005). Nota-se, por oportuno, que o instrumento não modifica a natureza dos entes federativos que dele participam. Nesse passo, segundo o princípio da intranscendência das sanções, não podem as penalidades e as restrições de ordem jurídica superar a dimensão estritamente pessoal do infrator, não podendo prejudicar os outros entes, sob pena de violação desse preceito normativo, consoante entendimento já consolidado no STJ (AgRg no REsp 1.087.465-SC, Segunda Turma, DJe 16/9/2009) e no STF (ACO 1.631-GO AgR, Tribunal Pleno, DJe 1º/7/2015; e ACO-MA 1.848 AgR, Tribunal Pleno, DJe 6/2/2015). Em relação aos consórcios públicos, se não adotada a tese da intranscendência, estar-se-á afirmando que a irregularidade de uma pessoa jurídica de direito público, integrante da administração pública direta, seria capaz de alcançar outra pessoa jurídica, integrante da administração indireta (no caso, o consórcio público de Direito Público). Ressalte-se, ainda, que os consórcios públicos possuem autonomia administrativa, financeira e orçamentária, não havendo falar em exceção ao princípio da intranscendência, cujo escopo é o de impedir que sanções e restrições de ordem jurídica superem a dimensão estritamente pessoal do infrator e atinjam outro ente federativo. A personalidade jurídica própria dos consórcios permite razoável segurança jurídica em relação ao cumprimento de suas obrigações. Além disso, não prevalece a tese de que o respeito à autonomia dos consórcios públicos incentivaria a inadimplência dos entes consorciados, fraudando o sistema de normas que rege as transferências voluntárias, uma vez que, na elaboração dos contratos de Direito Público (assim como nos de Direito Comum), a boa-fé é presumida, enquanto que a má-fé necessita ser provada. Ademais, a escolha das propostas e a celebração do contrato de repasse são decisões discricionárias do órgão do Poder Executivo competente, havendo um procedimento de aprovação de plano de trabalho e de seleção da proposta vencedora antes da formalização do contrato de repasse. Se a administração pública

decidissem por não selecionar a proposta em razão da inadimplência de um dos entes consorciados, não haveria óbice algum. No entanto, se aprovado o plano de trabalho do consórcio público e selecionada a sua proposta, não há que se falar, em razão da pendência de alguns dos entes consorciados, em irregularidade por parte do consórcio público para firmar convênio, visto que possui personalidade jurídica própria e relações jurídicas próprias. REsp 1.463.921-PR, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 10/11/2015, DJe 15/2/2016". [Informativo n. 577](#).

Jurisprudência selecionada (TCU)

Convênio. Terceirização. Mão de obra. Termo de parceria. Termo de colaboração. Termo de fomento.

Não há amparo legal para a contratação de mão de obra mediante a celebração de termos de parceria com OSCIP ou de instrumentos congêneres (convênios, termos de colaboração, termos de fomento) com entidades sem fins lucrativos. [Boletim de jurisprudência n. 115](#).

Contrato Administrativo. Terceirização. Pagamento. SUS. Documentação. Tributo.

Os processos de pagamento de entidades privadas contratadas para a prestação de serviços de saúde devem estar suportados por documentos que comprovem que os serviços foram efetivamente prestados – demonstrando o controle da frequência dos profissionais, os procedimentos realizados, os pacientes atendidos – e que garantam que impostos, taxas e encargos trabalhistas aplicáveis foram devidamente recolhidos. [Boletim de jurisprudência n. 115](#).

Licitação. Inexigibilidade de licitação. Credenciamento. SUS. Prestador de serviço (Saúde).

O credenciamento pode ser utilizado para a contratação de profissionais de saúde, tanto para atuarem em unidades públicas de saúde quanto em seus próprios consultórios e clínicas, quando se verifica a inviabilidade de competição para preenchimento das vagas, bem como quando a demanda pelos serviços é superior à oferta e é possível a contratação de todos os interessados, devendo a distribuição dos serviços entre os interessados se dar de forma objetiva e impessoal. [Boletim de jurisprudência n. 115](#).

Licitação. Qualificação econômico-financeira. Índice contábil. Exigência. Justificativa. Súmula.

SÚMULA TCU 289: A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. [Boletim de jurisprudência n. 115](#).

Licitação. Proposta (licitação). Certificação. Inmetro. Bens e serviços de informática.

É lícito a Administração exigir, como critério de aceitação das propostas, que os produtos de informática ofertados pelos licitantes cumpram os requisitos técnicos previstos na Portaria Inmetro 170/2012. Todavia, não pode ser exigida a certificação correspondente, pois constitui modalidade voluntária de certificação, cuja emissão depende de requerimento do fabricante dos produtos, o qual não tem obrigação legal de fazê-lo. [Boletim de jurisprudência n. 116](#).

Licitação. Pregão. Cabimento. Concessão de uso. Bens públicos. Licitação de maior lance ou oferta.

Em regra, o pregão é a modalidade de licitação adequada para a concessão remunerada de uso de bens públicos, com critério de julgamento pela maior oferta em lances sucessivos. [Boletim de jurisprudência n. 116](#).

Pessoal. Aposentadoria. Proventos. Irredutibilidade. Verba ilegal.

A redução de proventos de aposentadoria concedida em desacordo com a lei, com vistas ao seu ajuste aos regramentos legais estabelecidos, não ofende o princípio da irredutibilidade de vencimentos. [Boletim de pessoal n. 32.](#)

Processual. Julgamento de contas. Tomada de contas especial. Débito. Ausência.

Uma vez instaurada a tomada de contas especial, o TCU deverá julgar as contas regulares, regulares com ressalvas ou irregulares, ainda que a imputação de dano ao erário venha a ser elidida, não havendo que se falar em extinção do processo sem julgamento de mérito por esse motivo. [Boletim de jurisprudência n. 116.](#)

Responsabilidade. Declaração de inidoneidade. Abrangência. Licitação. Contratação direta. Estado-membro. Município. Transferências voluntárias.

As sanções de declaração de inidoneidade impostas pelo TCU (art. 46 da Lei 8.443/92) alcançam as licitações e contratações diretas promovidas por estados e municípios cujos objetos sejam custeados por recursos de transferências voluntárias da União. [Boletim de jurisprudência n. 115.](#)

Responsabilidade. Declaração de inidoneidade. Marco temporal. Trânsito em julgado.

A contagem do prazo de cumprimento das sanções de declaração de inidoneidade impostas pelo TCU (art. 46 da Lei 8.443/92) inicia-se com o trânsito em julgado da condenação. [Boletim de jurisprudência n. 115.](#)

Responsabilidade. Declaração de inidoneidade. Sobreposição de penas. Limite. Cálculo.

As sanções de declaração de inidoneidade (art. 46 da Lei 8.443/92) aplicadas à mesma licitante devem ser cumpridas sucessivamente e estão limitadas, em seu conjunto, ao total de cinco anos, aplicando-se por analogia o art. 75, §§ 1º e 2º, do Código Penal Brasileiro, sendo que, sobrevindo nova condenação (i) durante a execução da pena: (a) por fato posterior ao início do cumprimento da punição antecedente, o período restante da pena anterior deve ser somado à totalidade da pena posterior, desprezando-se, para aplicação do limite, o período de pena já cumprido; (b) por fato anterior ao início do cumprimento da punição antecedente, a nova condenação deve ser lançada no montante total já unificado; (ii) após o encerramento da execução das punições anteriormente aplicadas, a nova sanção deve ser cumprida integralmente, como punição originária, ainda que decorrente de fatos anteriores ou contemporâneos aos das sanções já cumpridas. [Boletim de jurisprudência n. 115.](#)

Inconstitucionalidade de dispositivo de lei municipal, alterado por emenda parlamentar, que cria despesa ao erário com o funcionalismo público, por incorrer em vício de iniciativa e afrontar o princípio da separação dos Poderes. (TJMG)

“Em julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Prefeito Municipal de Cruzília, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, julgou procedente a representação para declarar a inconstitucionalidade formal do art. 38 da Lei Complementar nº 004/2013 do referido Município, com a redação dada por emenda parlamentar, a qual alterou o texto originalmente proposto pelo Executivo em matéria administrativa, relativa ao funcionalismo público. O relator do processo, Des. Armando Freire, esclareceu que, embora seja permitido ao parlamentar emendar projeto de lei de iniciativa do Chefe do Executivo, é necessário que haja pertinência temática com o projeto original e que a emenda não acarrete aumento de despesa sem previsão orçamentária. Considerou o relator que, no caso do referido dispositivo legal, houve contrariedade à iniciativa reservada ao Prefeito Municipal e intervenção na autonomia administrativa do Executivo, uma vez que a norma em questão versa sobre o enquadramento funcional de servidores municipais e foi substancialmente modificada por emenda parlamentar. Concluiu que o Legislativo adotou referências diversas da proposta

original, que implicam aumento de despesas não previstas no planejamento orçamentário, e que, portanto, houve afronta ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes, previsto nos artigos 6º e 173 da Constituição Estadual, com subtração de competência privativa do Chefe do Poder Executivo. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.14.090601-7/000, Rel. Des. Armando Freire, DJe de 04.03.2016)". [Boletim de Jurisprudência n. 134](#).

Não há vício de iniciativa em Lei Municipal, de autoria parlamentar, que autoriza adoção de medidas para evitar desperdício de água em caso de risco de desabastecimento. (TJMG)

"O Órgão Especial do Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, considerou ser constitucional a Lei nº 3.682/2015 do Município de Lagoa Santa, de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre o controle de desperdício de água potável distribuída no referido Município. No julgamento da ação direta de inconstitucionalidade promovida pelo Prefeito daquele Município, o relator do processo, Des. Edilson Fernandes, afastou as alegações de que a lei teria ofendido o princípio da separação dos Poderes e incorrido em vício de iniciativa por aumentar despesas indevidamente. Esclareceu que o meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado é direito de todos, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. Fundamentou que a legislação impugnada apenas definiu em que consiste o desperdício de água na localidade e autorizou o Poder Executivo a adotar ações contra tal prática, prevendo, ainda, as sanções cabíveis. E, ao assim dispor, na realidade, viabilizou medidas por parte do Executivo, caso venha a se deparar com o risco de desabastecimento. Constatou o relator, por fim, que não foram impostas ações ao Poder Executivo, e sim concedidos mecanismos para enfrentar eventual crise hídrica, não tendo a lei criado despesas, porquanto só serão eventualmente geradas caso o próprio Executivo venha determinar a fiscalização ou adoção de outras práticas previstas. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.15.011972-5/000, Rel. Des. Edilson Fernandes, DJe de 04.03.2016)". [Boletim de Jurisprudência n. 134](#).

[Cadastre aqui](#) seu e-mail para receber o informativo de jurisprudência do TCEMG.

[Clique aqui](#) para acessar as edições anteriores.

Contate-nos em informativo@tce.mg.gov.br.

Secretaria Geral da Presidência
Assessoria de Súmula, Jurisprudência e Consultas Técnicas